

## ASSIGNATURAS

Por um anno . . . . .	10\$000
Por seis mezes . . . . .	5\$600
Por tres mezes . . . . .	3\$000
Avulso por folha . . . . .	\$040
Anuncios, por linha . . . . .	\$060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escritorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações literarias, de que se receberem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

Por um anno . . . . .	12\$000
Por seis mezes . . . . .	6\$600
Por tres mezes . . . . .	3\$600

Comunicados e correspondencias, por linha . . . . . \$060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria d'estado—2.ª Repartição  
DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS  
DAS DATAS ABAIXO MENCIONADAS

Março 14 Antonio Augusto Pereira da Silva, 1.º official do Thesouro Publico, graduado em chefe de repartição do mesmo thesouro.

Abril 3 Francisco Sardinha da Silva Vidigal, demittido do emprego de porteiro da alfandega de Arronches pelo haver abandonado sem licença.

» José Antonio Soares de Castro, transferido de escrivão da alfandega de Arronches para porteiro da mesma alfandega, por conveniencia do serviço.

» Manuel Gomes Franco Cordeiro, nomeado para o logar de escrivão da alfandega de Arronches.

» 24 José Antonio Ferreira, demittido do emprego de chefe do registro de Telheiro, por não haver tirado carta em tempo competente, não obstante ter sido suspenso da percepção dos seus vencimentos desde o 1.º de junho de 1859, pelo mesmo motivo.

Secretaria d'estado dos negocios da fazenda, em 5 de maio de 1860.—*Luiz Augusto Martins.*

## DIRECÇÃO GERAL DA THESOURARIA

Em continuação do annuncio inserto no *Diario de Lisboa* n.º 97, publica-se que se expedirán as ordens necessarias para o pagamento, no dia 9 do corrente, dos vencimentos do mez de abril de 1860 das seguintes classes:

Academia de bellas artes  
Academia real das sciencias  
Archivo da torre do tombo  
Bibliotheca publica  
Estado maior de engenharia  
Dito de artilheria  
Governos de praças e fortalezas  
Arsenal do exercito  
Secretario do conselho geral de beneficencia  
Primeiro batalhão de veteranos.  
Dircção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 5 de maio de 1860.—*Joaquim José do Nascimento Lupi.*

## DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIO NACIOEAS

## VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL  
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS  
DE 5 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,  
DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,  
COM APLICACÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaxio designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalleica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e acitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inhibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposições posteriores.

## Lista 1715

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL  
DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO  
NO DIA 12 DE JUNHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional  
que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º  
do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE BRAGA  
CONCELHO DE ESPOZENDO  
Comenda do Banho

26855 Fóro de 3 3/4 réis, tres quartas de uma  
raza de meiado, e nove sessenta e quatro avos  
de uma raza de milho alvo, imposto em um praso  
no Assento, freguezia de Santa Eulalia da Palmeira  
de Faro: praso em vidas. Emphyteuta Henrique  
Francisco—8\$273.

26856 Fóro de tres trinta e dois avos de uma raza  
de meiado, imposto em um praso no Assento, freguezia  
de Santa Eulalia da Palmeira de Faro: praso em  
vidas. Emphyteuta Manuel João da Bouça—8\$0.

26857 Fóro de 39 3/4 réis, duas razas e treze dezeses  
avos de meiado, e nove sessenta e quatro avos  
de uma raza de milho alvo, imposto em um praso  
no Assento, que foi de Martinho Francisco, na freguezia  
de Santa Eulalia da Palmeira de Faro: praso em  
vidas. Emphyteuta Maria Francisca Caixoa—27\$603.

26858 Fóro de duas razas e um dezeses avos de  
meiado, e tres quartas de uma gallinha, imposto  
em terras que foram de Braz Francisco, sitas na  
freguezia de Santa Eulalia da Palmeira de Faro:  
praso em vidas. Emphyteuta Maria Jacinta, de Espozendo—20\$987.

26859 Fóro de 1\$140 réis, carneiro e meio, e  
tres gallinhas, imposto no casal do Dinheiro, sito  
na freguezia de Santa Eulalia da Palmeira de Faro:  
praso em vidas. Emphyteuta Antonio Gonçalves  
Rosa—30\$100.

26860 Fóro de 45 réis, e uma raza e dezoze  
trinta e dois avos de meiado, imposto em varias  
propriedades, sitas na freguezia de Santa Eulalia  
da Palmeira de Faro: praso em vidas. Emphyteuta  
Manuel Francisco Serra—15\$237.

26861 Fóro de 15 réis, cinco razas e cinco oitá-

vas de meiado, tres trinta e dois avos de uma raza  
de trigo, e tres quartas de uma gallinha, imposto  
em propriedades do Assento, sitas na freguezia de  
Santa Eulalia de Faro: praso em vidas. Emphyteuta  
Anna Luiz—54\$800.

26862 Fóro de 30 réis, e duas razas e uma quarta  
de meiado, imposto em propriedades do Assento,  
sitas na freguezia de Santa Eulalia de Faro: praso em  
vidas. Emphyteuta Manuel João da Cancellia—20\$925.

26863 Fóro de 27 réis, e vinte e sete trinta e dois  
avos de uma raza de meiado, imposto em propriedades  
do Assento, sitas na freguezia de Santa Eulalia de  
Faro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio  
João da Camara—8\$122.

26864 Fóro de 24 réis, e tres razas de meiado,  
imposto em propriedades do Assento, sitas na freguezia  
de Santa Eulalia de Faro: praso em vidas. Emphyteuta  
o padre João Alves da Costa—27\$620.

26865 Fóro de 1 1/2 réis, e raza e meia de meiado,  
imposto em terras da Bouça da Rua, sitas na  
freguezia de Santa Eulalia de Faro: praso em  
vidas. Emphyteuta Manuel João Ribeiro—13\$626.

26866 Fóro de 1 1/2 réis, cento e cinco cento  
vinte e oito avos de uma raza de milho alvo, e vinte  
e sete sessenta e quatro avos de uma raza de centeio,  
imposto em uma propriedade do Assento, sita na  
freguezia de Santa Eulalia de Faro: praso em  
vidas. Emphyteuta Antonio Martins—11\$647.

26867 Fóro de 53 1/2 réis, tres razas e vinte e um  
sessenta e quatro avos de meiado, e tres quartas de  
uma raza de trigo, imposto em propriedades do Assento,  
sitas na freguezia de Santa Eulalia da Palmeira  
de Faro: praso em vidas. Emphyteuta Maria  
Antonia Francisca—41\$106.

26868 Fóro de nove trinta e dois avos de uma  
raza de meiado, imposto em propriedades do Assento,  
sitas na freguezia de Santa Eulalia da Pal-

meira de Faro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio  
Francisco Pericão—2\$550.

26869 Fóro de 18 réis, e quinze dezeses avos  
de uma raza de meiado, imposto no cortinhal do  
Ribeiro, sito na freguezia de Santa Eulalia da Palmeira  
de Faro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel  
Pires—8\$531.

26870 Fóro de 10 1/2 réis, e nove dezeses avos  
de uma raza de meiado, imposto no cortinhal do  
Ribeiro, sito na freguezia de Santa Eulalia da Palmeira  
de Faro: praso em vidas. Emphyteuta o padre  
João Alves da Costa—5\$108.

Somma R. .... 306\$385

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e  
que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios  
nacionaes, 28 de abril de 1860.—*Antonio Joaquim da Silva.*

Relação n.º 95, com referencia ao districto de Braga, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				OBSERVAÇÃO	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DO AGRACIADO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO ANNUAL MENSAL	
11836	—	Subsidios	3	Manuel Antonio Xavier (padre).....	Subsidiado	54\$000 4\$500	Começa o abono em 3 de março ultimo.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 2 de maio de 1860.—*Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.*

Relação n.º 60, com referencia ao districto de Faro, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				OBSERVAÇÃO	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DO AGRACIADO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO ANNUAL MENSAL	
—	11837	Pensões	38	D. Maria do Carmo Pereira da Silva .....	Pen.ª sem consideração	52\$500 4\$575	Começa o abono em 4 de abril ultimo.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 2 de maio de 1860.—*Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.*

Relação n.º 912, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO				OBSERVAÇÕES	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRACIADAS	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO ANNUAL MENSAL	
11838	—	Pensões	38	Henriqueta Guilhermina das Neves .....	Pen.ª de consideração	108\$000 9\$000	Começa o abono em 4 de abril ultimo.
11839	—	—	—	Maria Domingas Barbara Valladaes Garrocho (D) .....	Idem	61\$755 5\$146	Idem em 21 do dito mez.
11840	—	—	—	Maria Luiza de Campos e Silva Xavier .....	Idem	108\$000 9\$000	Idem.
11841	—	—	—	Marianna Rita da Conceição .....	Idem	28\$800 2\$400	Idem em 15 de março antecedente.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 2 de maio de 1860.—*Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.*

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 47

Secretaria d'estado dos negocios da guerra,  
em 2 de maio de 1860

## ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:

## DECRETOS

Hei por bem exonerar ao ministro e secretario d'estado das obras publicas, commercio e industria, Antonio de Serpa Pimentel, do expediente do ministerio da guerra, de que, por decreto de 24 de abril ultimo, tinha sido encarregado.

O presidente do conselho de ministros assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 1 de maio de 1860.—*REL.—Joaquim Antonio de Aguiar.*

Atendendo ao merecimento e mais partes que concorrem na pessoa do Visconde da Senhora da Luz, do meu conselho, marechal de campo, par do reino, ministro e secretario d'estado honorario: hei por bem encarregar-lo interinamente do ministerio dos negocios da guerra.

O presidente do conselho do ministros assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 1 de maio de 1860.—*REL.—Joaquim Antonio de Aguiar.*

Hei por bem, conformando-me com a consulta do conselho da escola do exercito, prover na effectividade de lente substituto das cadeiras militares da mesma escola, na conformidade do disposto nos artigos 22.º e 82.º do decreto de 11 de janeiro de 1837, a que se refere o artigo 12.º do decreto de 12 do dito mez e anno, ao primeiro tenente de artilheria, Torquato Elias Gomes da Costa, que por portaria de 8 de abril de 1858 havia sido nomeado lente substituto das mesmas cadeiras.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, interinamente encarregado do expediente dos negocios da guerra, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 25 de abril de 1860.—*REL.—Antonio de Serpa Pimentel.*

Tomando em consideração o que me representou o major de infantaria, João Theodoro da Silva, que actualmente se acha servindo no estado da India, no posto de tenente coronel, a ter chegado á sua altura no posto de major, e á vantagem que resultará ao serviço com a sua permanencia no mesmo estado, pelo bem que ali se tem conduzido: hei por bem promover-lo ao posto de tenente coronel, sem prejuizo da antiguidade dos officiaes mais antigos da respectiva classe e arma, continuando a pertencer ao exercito de Portugal, na conformidade do decreto de 10 de setembro de 1846; ficando esta minha soberana resolução nulla e de nenhum effecto, se o agraciado deixar de servir no dito estado, por qualquer motivo, o tempo determinado no referido decreto com força de lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios das

obras publicas, commercio e industria, encarregado interinamente do expediente do ministerio dos negocios da guerra, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 25 de abril de 1860.—*REL.—Antonio de Serpa Pimentel.*

Por decretos de 25 do mez proximo passado:

Regimento de infantaria n.º 4  
Alferes, o alferes de infantaria em disponibilidade, Francisco José de Brito.

Regimento de infantaria n.º 44  
Cirurgião-mór, o cirurgião ajudante do regimento de cavallaria n.º 1, João Baptista Rolo.

Commissões activas  
Major, o major graduado do regimento de infantaria n.º 4, addido ao chefe do estado maior da 1.ª divisão militar, Francisco da Cunha e Menezes; continuando na commissão em que se acha.

Disponibilidade  
O tenente de infantaria, Francisco Bento Pacheco; por ter ultimado o tempo de seis mezes de castigo, por que havia passado á inactividade temporaria.

O alferes de infantaria, Thomás José David Henriques, que regressou da provincia de Cabo Verde, se acha excedendo o tempo de serviço na commissão para que havia sido nomeado por decreto de 25 de janeiro de 1859, pelo que ficou sem effecto o despacho do posto de tenente, que lhe havia sido conferido.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Regimento de cavallaria n.º 4  
Cirurgião ajudante, o cirurgião ajudante do regimento de infantaria n.º 17, José Antonio da Veiga.

Regimento de cavallaria n.º 4  
Alferes, o alferes do regimento de cavallaria n.º 1, Francisco José Ferreira.

Regimento de infantaria n.º 7  
Alferes, o alferes do regimento de infantaria n.º 4, Francisco Augusto Jacome de Castro, pelo requerer.

Declara-se o seguinte:  
1.º Que o coronel do regimento de cavallaria n.º 7, José Xavier de Moraes Pinto, desistiu da prorrogação de licença registrada, que lhe foi concedida pela ordem do exercito n.º 13 do corrente anno.

2.º Que o tenente do regimento de cavallaria n.º 5, Francisco de Moura Portugal, desistiu da licença registrada, publicada na ordem do exercito n.º 14 do presente anno.

3.º Que o capitão graduado do regimento de infantaria n.º 4, Joaquim José da Gama Lobo, se acha excedendo as funções de ajudante de ordens do commandante interino da 7.ª divisão militar, desde o dia 15 do mez proximo passado.

Por accordo do supremo conselho de justiça militar, de 10 de março do corrente anno, foi confirmada a sentença de primeira instancia, que absolven o tenente do regimento de infantaria n.º 14, Manuel Fernandes, accusado de tentativa de homicidio.

Licenças concedidas por motivo de molestia aos officiaes abaxio declarados

Em sessão de 7 do mez proximo passado:  
Ao capitão do batalhão de caçadores n.º 7, Manuel Rodrigues Alves, noventa dias para continuar a tratar-se.

Ao major de infantaria n.º 5, João José Barreto da França, sessenta dias para continuar a tratar-se, fazendo uso dos banhos das Alcaçarias.

Em sessão de 11 do dito mez:  
Ao major do batalhão de caçadores n.º 9, Gustavo de Almeida Sousa e Sá, sessenta dias para continuar a tratar-se.

Em sessão de 18 do dito mez:  
Ao capitão do regimento de infantaria n.º 3, Joaquim Antonio da Fonseca, quarenta e cinco dias para se tratar em ares patrios.

Foram confirmadas as licenças registradas que os commandantes da 1.ª, 2.ª, 3.ª, 7.ª e 8.ª divisões militares, e commandante geral de artilheria, participaram ter concedido aos officiaes abaxio mencionados, na conformidade das instrucções insertas na ordem do exercito n.º 20 de 18 de julho de 1857.

Ao primeiro tenente do 1.º regimento de artilheria, Henrique Augusto de Sousa Reis, vinte dias.

Ao cirurgião-mór do 3.º regimento de artilheria, Manuel Joaquim Teixeira, seis dias.

Ao segundo tenente, ajudante do sobredito regimento, José Maria, quinze dias.

Ao tenente do batalhão de caçadores n.º 6, João Maria de Magalhães Coutinho, noventa dias.

Ao capitão graduado do batalhão de caçadores n.º 9, Miguel Correia de Mesquita Pimentel, ajudante de ordens do commandante da 7.ª divisão militar, tres mezes.

Ao tenente graduado do regimento de infantaria n.º 6, Simão Ignacio de Carvalho, quinze dias.

Ao tenente do regimento de infantaria n.º 7, Antonio Cesar Barroso, quarenta dias.

Ao tenente graduado do regimento de infantaria n.º 8, Bernardo Celestino da Costa Pimentel, prorrogação por trinta dias.

Ao alferes do regimento de infantaria n.º 13, Joaquim Lopes Guimarães, prorrogação por trinta dias.

Ao tenente graduado, ajudante do regimento de infantaria n.º 14, Antonio Eduardo Pereira de Azevedo, prorrogação por quinze dias.

Licenças registradas concedidas aos officiaes abaxio mencionados

Ao tenente quartel mestre do regimento de cavallaria n.º 1, Balthazar Jacinto Cardoso Cesar, prorrogação por trinta dias.

Ao alferes do regimento de infantaria n.º 16, Francisco José Guedes Quinhones, prorrogação por oito dias.—*Visconde da Senhora da Luz.*

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direcção, *D. Antonio José de Mello.*

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

2.ª Direcção—1.ª Repartição

Relação dos europeus fallecidos da ilha de S. Thomé, no anno de 1859

João Evangelista, filho de Francisco Antonio, natural de Lisboa, 28 annos, 2.º sargento, solteiro, fallecido no hospital.

Antonio Roque, filho de José Roque, natural de Villa Verde, soldado.

Francisco Xavier Ogando, filho de João Manuel Ogando, natural de Pontevedra, 29 annos, 2.º pharmacutico da provincia, solteiro.

Francisco, filho de Agostinho Henriques, natural de Lisboa, 33 annos, marinheiro da escuna *Cabo Verde*, solteiro, fallecido no hospital.

Antonio Luiz, filho de João Luiz de Freitas e de Maria de Jesus, natural da Madeira, 34 annos, solteiro, fallecido no hospital.

Luiza, natural de Quadrazes, 29 annos, solteira, fallecida no hospital.

José dos Santos Moreira, natural de Lisboa.

José Joaquim Marianno, filho de José Joaquim, natural de Lisboa, 25 annos, solteiro, fallecido no hospital.

João Teixeira de Carvalho, natural do Brazil, 30 annos, caixeiro, freguezia da Senhora da Graça, solteiro, fallecido no dia 2 de julho.

Joaquim Maria, filho de Joaquim Maria e de Maria Ignacia, natural da Figueira, 16 annos, moço do palhote *Limpia*, solteiro, fallecido no dia 5 de setembro.

José, natural de Braga, 19 annos, caixeiro, freguezia da Senhora da Conceição, solteiro, fallecido em 9 de setembro.

Ernesto Mathias Cripett, natural de Hamburgo, 50 annos, commerciante, freguezia da Senhora da Graça, solteiro, assassinado por seus escravos.

José Joaquim da Costa, filho de Rosa Maria Vieira, natural de Braga, 18 annos, caixeiro.

Antonio de Sousa Freitas, filho de Jacinto de Sousa, natural de Amarante, 19 annos, caixeiro, fallecido em 3 de novembro.

John Broun, natural de Boston, 2.º piloto do patacho *W. T. Hall*, fallecido em 25 de dezembro.

Secretaria geral do governo da provincia de S. Thomé, 18 de fevereiro de 1860.—*Vicente Frederico Scamichia*, secretario do governo.

Relação dos europeus fallecidos na ilha do Principe, no anno de 1859

Antonio Ferrão de Figueiredo, filho de Antonio Ferrão de Figueiredo e de D. Jacinta Rosa da Silva, natural do Porto, 37 annos, lavrador, casado, fallecido em 8 de fevereiro.

Secretaria geral do governo da provincia em S. Thomé, 22 de fevereiro de 1860.—*Vicente Frederico Scamichia*, secretario do governo.

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos que as cortes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É approvedo, na parte que depende da sancção legislativa, o contrato junto, que faz



6.ª Se em cada uma das epochas acima mencionadas não estiver concluído qualquer dos caminhos, a empresa será obrigada a executar então os movimentos de terra para a segunda via, tendo o governo o direito de os fazer executar por conta da mesma empresa, ficando em pleno vigor a sanção penal, estabelecida no contrato para os prazos n'elles mencionados;

7.ª O governo terá o direito de fiscalizar os trabalhos, para o fim de que elles tenham igual desenvolvimento nas linhas do norte e de leste, devendo em todo o caso estar concluído e completo na linha do norte, um anno depois da aprovação do contrato pelas cortes, um numero de kilometros nunca inferior ao dos kilometros construídos na continuação da linha de leste.

Art. 2.º O governo applicará ao pagamento dos encargos resultantes do contrato, aprovado pelo artigo 1.º desta lei, o producto dos titulos de divida fundada externa, já emitidos em virtude das autorizações concedidas ao governo pelos artigos 4.º e 6.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858; e bem assim dos que ainda possam ser emitidos dentro dos limites fixados na obrigação geral, approvada por decreto de 22 de junho de 1859, salvas quaesquer outras applicações legais dos mesmos titulos.

Art. 3.º Para continuar e completar o pagamento dos encargos do mesmo contrato, e o governo autorisado a fazer crear e emitir pela junta do credito publico os titulos de divida fundada, interna ou externa, que forem necessários.

§ unico. A proporção que forem emitidos os titulos, o governo dotará a junta do credito publico com as assignações correspondentes aos seus juros;

Art. 4.º O governo realisará, pelos meios mais convenientes, as sommas que forem necessárias para a applicação determinada nos artigos 2.º e 3.º, podendo, para este fim, vender ou empenhar os titulos de que tratam os mesmos artigos, contando que o encargo annual das operações não exceda a 1/2 por cento sobre o juro real que corresponder aos titulos, segundo o preço que tiverem no mercado, nas epochas em que as mesmas operações forem effectuadas.

Art. 5.º O governo dará conta ás cortes, em cada sessão legislativa, do estado da construção das linhas ferreas, concedidas pela presente lei, do modo como o contrato tiver sido executado, e do uso que houver feito das autorizações concedidas pelos artigos 2.º, 3.º e 4.º d'esta lei.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrario. Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar, tão inteiramente como n'ella se contém.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios da fazenda, e dos das obras publicas, commercio e industria, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 5 de maio de 1860. — EL-REI, com rubrica e guarda. — José Maria do Casal Ribeiro — Antonio de Serpa Pimentel. — Logar do sello grande das armas reaes.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das cortes geras de 2 de maio de 1860, que approva o contrato celebrado em 14 de setembro de 1859 entre o governo e D. José de Salamanca, para a construção dos caminhos de ferro de Lisboa ao Porto e á fronteira de Hespanha, o manda cumprir e guardar como n'ello se se contém pela forma retró declarada. — Para Vossa Magestade ver. — Augusto de Faria a fez.

Contrato definitivo celebrado com D. José de Salamanca para a construção dos caminhos de ferro de Lisboa ao Porto e de Lisboa á fronteira de Hespanha, a que se refere a carta de lei d'esta data.

#### CAPITULO I

CONDIÇÕES RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DOS CAMINHOS DE FERRO DE LESTE E DO NORTE, AO FORNECIMENTO DO RESPECTIVO MATERIAL FIXO E CIRCULANTE, E AOS DEBITOS DO ESTADO E DA EMPRESA SOBRE AS DIVERSAS CONSTRUÇÕES E MATERIAL FORNECIDO.

Artigo 1.º A empresa (devendo entender-se por esta palavra, sempre que for empregada no presente contrato, o concessionario primitivo, segundo outorgante, D. José de Salamanca, ou qualquer particular, sociedade ou companhia para quem este transpasse, na conformidade das leis, e com autorização do governo, os direitos adquiridos e as obrigações contrahidas em virtude d'este mesmo contrato) effectuará a sua custa, e por sua conta e risco, nos termos, pelo modo e nos prazos estipulados nas diversas condições d'este contracto:

1.º A conclusão do caminho de ferro de Lisboa á fronteira de Hespanha, nas proximidades de Badajoz, o qual se denominará *caminho de ferro de leste*, partindo do actual terminus, completo em todas as suas partes, com todas as expropriações, aterros e desastros, obras d'arte, assentamento de vias, estações e officinas de pequena e grande reparação, e todos os edificios accessorios, casas de guarda, barreiras, passagens de nivel, muros de vedação ou sebes para separar as vias ferreas das propriedades contiguas, e em geral as obras de construção previstas ou imprevisas, sem excepção ou distincção, que forem necessárias para o completo acabamento da linha ferrea;

2.º A construção do caminho de ferro, que, partindo da Ponte da Pedra ou de qualquer outro ponto proximo ao caminho de ferro de leste, irá terminar na margem direita do Douro, na cidade do Porto, e o qual se denominará *caminho de ferro do norte*, do mesmo modo completo em todas as suas partes;

3.º O fornecimento, conservação e renovação das locomotivas, carruagens para viajantes, wagons para mercadorias, machinas e utensilios para as officinas, plataformas giratorias, reservatorios e appparelhos hydraulicos, guindastes, signaes, e em geral de todo o material fixo e circulante, designado ou não designado, que for necessário para manter a linha em perfeito estado de exploração;

4.º O estabelecimento de um telegrapho electrico ao lado da linha ferrea, e a conservação e renovação dos materiais e appparelhos que forem precisos para o conservar em bom estado de serviço;

5.º A collocção dos marcos kilometricos depois de terminada a linha, e o levantamento do cadastro do caminho de ferro, com a descripção de todas as obras do arte e mais dependencias.

§ 1.º A empresa obriga-se tambem a continuar á sua custa o caminho de ferro de leste, do actual terminus em Lisboa até ao caes dos Soldados, e a construir ali uma estação de passageiros, cedendo-lhe o governo, conforme as leis em vigor, os terrenos e edificios do estado e da camara municipal que occupar o caminho, comprehendida a estação.

§ 2.º A directriz do caminho de ferro de leste será a que foi escolhida pelo engenheiro Aguiar e adoptada pelo engenheiro Wattier, passando proxima de Santarem e Ponte da Pedra, e atravessando o Tejo junto a Constancia, com as modificações que a empresa proposer e o governo approvar, declarando-se desde já que uma das modificações será a passagem ao sul de Santarem, na direcção em que actualmente existem os trabalhos, e estão feitas as expropriações. A directriz do caminho do norte será tambem a directriz escolhida pelo engenheiro Wattier, segundo consta dos estudos que existem no ministerio das obras publicas, salvas as modificações propostas pela empresa e approvadas pelo governo, principalmente na parte comprehendida entre Thomar e Pombal, e sendo Coimbra em todo o caso ponto obrigado d'esta linha.

§ 3.º O governo concede á empresa a faculdade de tirar copias dos desenhos relativos á linha fer-

rea de que se trata, que tiverem sido feitos á custa do estado.

Art. 2.º As obras mencionadas no artigo precedente, que a empresa é obrigada a executar, serão feitas conforme os projectos definitivos por ella preparados, em harmonia com as condições d'este contrato, depois de terem sido approvados pelo governo.

§ unico. Estes projectos comprehenderão:

1.º O plano geral do caminho com a indicação da collocção das estações, portos secos, passagens de nivel e mais edificios accessorios e dependencias do serviço da linha, o qual plano será feito na escala de um para cinco mil;

2.º O perfil longitudinal na escala de um para cinco mil para os comprimentos, e um para quinhentos para as alturas;

3.º Os perfis transversaes na escala de um para duzentos;

4.º As obras de arte na escala de um para cincoenta para um comprimento abaixo de 100m, de um para cem para um comprimento de 10 a 100m, e de um para duzentos para um comprimento acima de 100m.

Art. 3.º O caminho de ferro será construído com uma só via de carris, tendo as necessárias vias de resguardo, e as de serviço das estações; mas as expropriações, aterros, desastros e obras de arte serão feitas com largura para duas vias em toda a sua extensão.

§ 1.º Logo porém que a receita bruta annual do caminho de ferro por kilometro chegar a 4:800\$000 réis na linha de Lisboa á fronteira; e a 5:832\$000 réis na linha desde o entroncamento á cidade do Porto; a empresa será obrigada a assentar a segunda via ferrea á sua custa, sem que por isso tenha direito em tempo algum a qualquer indemnisação ou augmento de subsidio.

§ 2.º A empresa obriga-se a não interromper a exploração entre Lisboa e a Ponte de Asseca, quando assentar n'esta parte a via com a largura que será determinada no artigo 7.º

Art. 4.º O caminho de ferro ficará em toda a sua extensão superior ás aguas das maiores inundações conhecidas. As dimensões dos taludes e fossos serão fixadas de maneira que assegurem o prompto escoamento das aguas e enxugo da linha. A inclinação dos taludes será regulada segundo a natureza do terreno e conforme as localidades. No caso de necessidade serão revestidos por um pedrado, ou sustentados por meio de muros de alvenaria ou por outros meios que se julgarem convenientes. As terras para a formação dos aterros serão sempre extrahidas de maneira que se evite por todos os meios possíveis a estagnação das aguas com prejuizo da saúde publica.

Art. 5.º O maximo dos declives deverá ser em regra de 0m,007 por metro, mas em alguns casos poderá subir até 0m,010 por metro.

§ unico. Quando em casos excepcionaes a empresa proposer maiores declives, ficará esta proposta dependente da exclusiva aprovação do governo, sem recurso á arbitragem.

Art. 6.º Os raios das curvas de concordancia que ligam os alinhamentos rectos deverão ser no minimo de 500m; poderão ser em casos excepcionaes de 400; e de 300 nas vias de resguardo. Nos casos em que se empregem estes raios, as respectivas curvas de concordancia deverão effectuar-se, tanto quanto for possível, sobre planos horizontaes.

Art. 7.º A largura do caminho de ferro ao nivel dos carris, não comprehendendo os fossos, será de 8m,40 nos aterros, 7m,40 nas trincheiras e terrenos de rocha, entre os parapeitos das pontes e nos subterraneos.

A largura de cada via deverá ser de 1m,67 entre as arestas interiores dos carris.

A entrevia, ou distancia entre as duas vias, será pelo menos de 1m,80, e no maximo de 2m, entre as faces exteriores dos carris internos de cada via.

Art. 8.º Os carris e outros elementos constitutivos da via ferrea devem ser de boa qualidade e dos melhores modelos, proprios a preencher o fim do seu destino.

Os carris serão de ferro laminado, não poderão ter de peso menos de 34 kilogrammas para o primeiro assentamento da via; porém desde que pela primeira vez for necessário renova-los serão substituídos por outros, que não terão de peso menos de 37 kilogrammas por metro corrente, serão fixados pelo sistema que a empresa julgar mais conveniente, segundo os ultimos aperfeiçoamentos, e sob prévia aprovação do governo.

Os carris existentes, destinados ao caminho de ferro de leste, que devem ser entregues á empresa na conformidade d'este contrato, poderão ser collocados na secção de Lisboa a Santarem, e nas vias de resguardo em qualquer parte da linha; porém quando for necessário renova-los, os que houverem de os substituir deverão ter o peso acima mencionado de 37 kilogrammas por metro corrente.

Em quanto a empresa não usar de carris de 37 kilogrammas, assentará cada carril de 4m,80 sobre cinco travessas pelo menos; e se os carris tiverem maior comprimento, sobre as que forem necessárias para que não seja maior o intervalo entre duas travessas.

Em todo o caso os carris serão ligados entre si por meio de cordoéas (célisses).

Art. 9.º O caminho de ferro será fechado por meio de muros, sebes vivas ou grades de madeira, que o separem das propriedades contiguas, com barreiras de serventia, abrindo para fora.

Art. 10.º A empresa deverá estabelecer, para o serviço das localidades atravessadas pela linha ferrea, portos secos destinados ao estacionamento, carga e descarga de mercadorias.

O numero e superficie d'estes portos será por ella submettido á aprovação do governo.

Art. 11.º A empresa construirá pontes, viaductos, pontões, aqueductos e canos de pedra, ferro ou tijolo, e passagens de nivel, em numero sufficiente, e com as dimensões que exigir o volume das aguas, ou a largura do caminho de ferro, ou a da estrada ordinaria, a que alguma d'essas obras deve dar passagem.

Art. 12.º Os cruzamentos do caminho de ferro com as estradas de 1.ª e 2.ª classe, caminhos municipais e vicinas, poderão ser de nivel, excepto nos casos em que o governo determinar o contrario.

Quando tiver logar qualquer cruzamento de nivel, a empresa será obrigada a estabelecer barreiras, abrindo-se para a parte exterior da linha de ferro, tendo um guarda encarregado d'este serviço.

Art. 13.º Quando o caminho de ferro passar sobre uma estrada de 1.ª classe, a abertura do viaducto não será menor de 7m,92; sobre uma estrada de 2.ª classe 6m,60; sobre um caminho municipal de 5m,50. A altura do fecho da abobada acima do pavimento da estrada será de 5m pelo menos; a largura entre os parapeitos será de 8m; a altura dos parapeitos será de 0m,70 pelo menos.

Art. 14.º Quando o caminho de ferro passar por baixo de uma estrada de 1.ª classe a largura do viaducto será de 7m,92; sendo de 2.ª classe 6m,60; para os caminhos municipais 5m,50. A abertura entre os pés direitos será pelo menos de 8m. A distancia vertical do intradorso á parte superior dos carris será pelo menos de 4m,50.

Art. 15.º Quando o caminho de ferro atravessar um rio, canal ou uma corrente qualquer, a ponte terá a largura e altura dos parapeitos estipulados no artigo 13.º

Em quanto á abertura do arco e sua altura aci-

ma das aguas serão determinadas segundo os casos particulares, com aprovação do governo.

Art. 16.º As pontes e viaductos que hajam de construir-se serão de pedra, de ferro ou tijolo, podendo empregar-se em combinação com estas materias apenas a madeira que for indispensavel.

Se houver a desviar o traçado de qualquer estrada existente, os declives do novo traçado não poderão exceder os que existiam na estrada ou caminho que é substituido.

O governo, sob proposta da empresa, poderá alterar esta regra.

Art. 17.º A abertura dos subterraneos será, pelo menos, de 7m,40, entre os pés direitos ao nivel dos carris; a altura acima d'este nivel até ao intradorso da abobada de revestimento será de 4m,50.

A empresa fará todas as obras necessárias para prevenir qualquer perigo de desabamento ou infiltração.

Art. 18.º Nos pontos de encontros das estradas ordinarias com a via ferrea, durante a feitura d'esta, a empresa construirá as necessárias obras provisórias, para que a circulação não seja interrompida.

Art. 19.º A empresa restabelecerá e assegurará á sua custa o curso das aguas que se tenha suspendido ou modificado, em consequencia das obras do caminho de ferro, ou indemnizará o proprietario, segundo as leis que lhe forem applicaveis.

Art. 20.º A empresa estabelecerá estações de partida em Lisboa com todas as accommodações necessárias para passageiros, mercadorias e empregados; mais todas as estações intermediarias entre os pontos extremos dos dois caminhos que forem necessárias; e em fim, a estação do Porto, que deverá approximar-se na sua construção, tanto quanto for possível, das disposições adoptadas para a estação principal de Lisboa.

Estabelecerá tambem todas as officinas, machinas e appparelhos necessários para a feitura e concerto do material de exploração, comprehendendo as locomotivas.

Deverá ter igualmente todos os armazens, telheiros e depositos necessários para o estacionamento e pintura das locomotivas, tenders, carruagens e wagons. Estabelecerá em fim todos os fossos necessários para picar o fogo, e appparelhos e reservatorios necessários para alimentação das machinas.

Art. 21.º A empresa deverá empregar na construção das obras materias de boa qualidade. Os paramentos das abobadas, os angulos, os sócos e os coroaamentos serão, quanto possível, de pedra aparelhada de boa qualidade; onde a não houver será tolerado o tijolo.

Art. 22.º As machinas locomotivas serão construídas sobre os melhores modelos conhecidos, e satisfirão a todas as condições actualmente prescritas, ou ás que de futuro o forem, para pôr em circulação as mesmas machinas.

As carruagens dos viajantes deverão ser igualmente dos melhores modelos, suspensas sobre molas, e guarnecidas de assentos. Haver-las-ha de tres classes, pelo menos:

As de primeira classe serão cobertas, com assentos estofados e fechadas com vidraças.

As de segunda classe serão cobertas, fechadas com vidraças e terão assentos de estofado mais ordinario.

As de terceira classe serão cobertas, fechadas com cortinas e terão assentos de madeira.

As carruagens de todas as classes deverão preencher, alem d'isto, todas as condições actualmente prescritas pelo governo, ou que de futuro o vierem a ser, no interesse da segurança publica.

Os wagons de mercadorias e gado, as plataformas e mais material será tudo de boa qualidade e solida construção.

Art. 23.º O caminho de ferro com todos os edificios necessários para o serviço do mesmo caminho e mais accessorios e dependencias, como carris, co-chins, travessas, e em geral todo o material fixo, de qualquer especie, fica, desde a sua construção ou collocção na linha, pertencendo ao dominio do estado, para todos os effeitos juridicos, nos termos do direito commun e especial dos caminhos de ferro, e das diversas condições do contrato.

Todo o material circulante, carvão, coke e quaesquer outros provimentos ficarão pertencendo ao dominio da empresa para os mesmos effeitos e nos mesmos termos; com a declaração porém do que o material circulante não poderá ser alienado senão para o effeito de ser substituido com vantagem do serviço publico; e o mesmo terá logar para o carvão, coke e quaesquer outros approvisionamentos, em quanto forem importulos livres de direitos.

#### CAPITULO II

CONDIÇÕES RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES QUE O ESTADO FAZ Á EMPRESA: NOME, FORMA, LIMITAÇÕES E PRAZOS D'ESSAS CONDIÇÕES

Art. 24.º Em compensação das obrigações que a empresa toma sobre si por este contrato, concede o governo de Sua Magestade Fidelissima á mesma empresa, pelo espaço de noventa e nove annos, a contar da data da aprovação d'este contrato pelas cortes, a exploração dos caminhos de ferro de Lisboa á fronteira e a cidade do Porto, pelo modo, nos termos e com as condições estipuladas n'este contrato.

Art. 25.º A empresa deverá conservar, durante todo o prazo da concessão, a linha ferrea e suas dependencias, com todo o seu material fixo e circulante, em bom estado de serviço, e no mesmo estado o deverá entregar ao governo findo o prazo, fazendo sempre para esse fim á sua custa todas as reparações tanto ordinarias como extraordinarias.

§ unico. Se porém durante o prazo estabelecido no artigo antecedente for destruida ou danificada alguma parte do caminho de ferro, por motivo de guerra, sem culpa da empresa, o governo a indemnizará, pagando-lhe o valor das reparações, depois de avaliadas, em dinheiro ou titulos de divida publica, pelo seu valor no mercado.

Art. 26.º Logo que tenha expirado o prazo da concessão acima estabelecida a empresa entregará ao governo, em bom estado de exploração, o caminho de ferro com todo o seu material fixo, seus edificios e dependencias de qualquer natureza que sejam, sem que por isso tenha direito a receber d'elle indemnisação alguma.

Tambem lhe entregará todo o material circulante; mas tanto o valor d'este como do carvão de pedra e outros quaesquer provimentos que entregar ao governo ser-lhe-hão pagos segundo o arbitrio de lousados.

Art. 27.º Em qualquer epocha, depois de terminados os quinze primeiros annos, a data do prazo estabelecido para a conclusão de ambas as linhas, terá o governo a faculdade de resgatar a concessão inteira. Para determinar o preço da remissão, tomase o producto liquido obtido pela empresa durante os sete annos que tiverem precedido áquelle em que a remissão deve effectuar-se, deduz-se d'esta somma o producto liquido que corresponde aos dois annos menos productivos, e tira-se a média dos annos annos, a qual constitue a importancia de uma annuidade, que o governo pagará á empresa durante cada um dos annos que faltarem para terminar o prazo da concessão. Porém esta annuidade nunca será inferior ao producto liquido do ultimo dos sete annos tomados para base d'este calculo. N'este preço da remissão não é incluido o valor do carvão, coke ou outros abastecimentos, que serão avaliados em separado e pagos pelo governo, na

ocasião de serem entregues, pelo preço da avaliação.

Art. 28.º O governo concede mais á empresa o subsidio de 4:500 libras esterlinas por kilometro, em referencia ao caminho de ferro de leste de Lisboa á fronteira de Hespanha, e de 5:400 libras esterlinas por kilometro, em referencia ao caminho de ferro do norte, desde o ponto que for designado na linha de leste até á cidade do Porto.

Art. 29.º Para o pagamento do subsidio dividir-se-ha cada linha no numero de troços que parecer conveniente, e em cada um d'esses troços se pagará a parte correspondente em tres prestações: a primeira, depois de terminados todos os movimentos de terra e obras de arte; a segunda, depois de assentada a via; a terceira, depois de entregue a exploração. Estas prestações serão pagas em vista do certificado do engenheiro fiscal do governo.

Art. 30.º O governo obriga-se mais a entregar á empresa, logo que ella deposite a segunda parte da caução nos termos do artigo 59.º d'este contrato, livre de quaesquer encargos ou reclamações presentes ou futuras, com todos os seus pertences e material de construção e exploração, a secção do caminho de ferro de leste actualmente em exploração desde Lisboa até á Ponte de Asseca, e o resto das obras na continuação d'esta linha, no estado em que se acharem ao tempo em que forem entregues á empresa.

§ unico. A empresa conservará e procurará melhorar a exploração da referida secção do caminho de ferro de leste desde que lhe for entregue. E successivamente irá abrindo ao transitto publico, conforme as clausulas respectivas d'este contrato, as diversas secções que se seguirem, á medida que forem sendo concluidas.

Art. 31.º A secção do caminho de ferro actualmente em exploração entre Lisboa e a Ponte de Asseca, na extensão de 68 kilometros, seu material fixo e circulante, edificios accessorios e dependencias, materias e utensilios, será comprado pela empresa ao governo, na razão de 9:000 libras esterlinas por kilometro, prefazendo a somma total de 612:000 libras esterlinas.

§ unico. O pagamento d'esta somma, deduzido o subsidio correspondente a 68 kilometros, será feito por encontro no subsidio que o governo tem de pagar á empresa, segundo as condições d'este contrato, pelos kilometros restantes dos caminhos de ferro de leste e do norte, fazendo-se a deducção proporcionalmente em cada prestação que o governo tiver de pagar á empresa.

Art. 32.º As sommas gastas pelo governo nas expropriações e em quaesquer trabalhos executados na continuação do caminho de ferro para alem do actual terminus junto á Ponte de Asseca, e no material fornecido para esses trabalhos, assim como nas reparações que forem executadas na parte da linha que hoje existe em exploração, e nas obras para o melhoramento d'essa exploração, tendo sido estes reparos e estas obras executadas depois da assignatura do contrato provisorio, serão pagas pela empresa ao governo, depois de previa liquidação, e antes que a empresa tome conta da secção construída entre Lisboa e a Ponte de Asseca.

§ unico. No caso previsto no artigo 75.º d'este contrato, em que a empresa queira tomar conta d'esta parte construída, e continuar os trabalhos antes da aprovação d'este contrato pelas cortes, as sommas de que trata o presente artigo ficarão em deposito no banco de Portugal á ordem do governo, para serem restituídas ao concessionario com o juro correspondente de 6 por cento, no caso em que as cortes não approvem o dito contrato.

Art. 33.º Concede mais o governo á mesma empresa a faculdade de construir todos os ramaes que possam alimentar a circulação das linhas concedidas por este contrato, precedendo o respectivo contrato especial com o governo, sem que este pela dita construção lhe pague subsidio algum ou lhe garanta qualquer beneficio. Quando porém o governo julgar necessário construir alguns d'esses ramaes, e a empresa se não prestar a isso, o governo reservase muito expressamente o direito de os construir, ou de contratar a sua construção com qualquer empresa nos termos que lhe aprouver.

Art. 34.º O governo não poderá conceder, durante o tempo d'esta concessão, linha alguma parallela ás que fazem objecto do presente contrato sem consentimento da empresa, excepto quando a distancia entre essa linha e esta for superior a 40 kilometros.

Art. 35.º O governo reserva-se muito positivamente o direito de fazer novas concessões de quaesquer caminhos de ferro que venham entroncar com as linhas de Lisboa ao Porto e á fronteira, ou que partindo de quaesquer d'esses pontos sigam direcções divergentes.

Art. 36.º Quando o governo venha a ordenar a construção de uma estrada, canal ou via ferrea que atravesse as linhas concedidas, deverá tomar todas as medidas necessárias para que não resulte impedimento ou obstaculo á circulação d'estas, nem o minimo augmento de despeza para a empresa.

Art. 37.º A abertura de qualquer das vias de comunicação, de que tratam os dois precedentes artigos nas condições ali exaradas, não poderá autorisar reclamação alguma por parte da empresa.

Art. 38.º As empresas concessionarias do quaesquer caminhos de ferro que venham entroncar com as linhas que fazem o objecto d'este contrato terão a faculdade de fazer circular n'ellas as suas carruagens, wagons e machinas, sujeitando-se aos respectivos regulamentos de policia e serviço, e pagando pelas pessoas e mercadorias uma portagem, que no caso de não haver accordo entre as empresas será regulada segundo a relação entre a portagem e o transporte estabelecido nas tarifas dos mais recentes cadernos de condições em França.

Esta faculdade será reciproca para todas as linhas.

No caso em que as diversas empresas não possam accordar-se sobre o exercicio d'esta faculdade, o governo decidirá a questão.

Art. 39.º Concede mais o governo á mesma empresa a isenção de qualquer contribuição geral ou municipal, nos primeiros vinte annos depois do começo das obras; contudo n'esta disposição não é incluido o direito de transitto lançado sobre os preços de condução dos passageiros e mercadorias que estão marcados nas tarifas, o qual todavia não excederá nunca cinco por cento sobre aquellos preços. Nenhuma contribuição especial será lançada sobre a linha ferrea durante a concessão.

Art. 40.º O governo concede mais á mesma empresa, desde a data d'este contrato até que as linhas ferreas se achem em estado de exploração, entrada livre de quaesquer direitos pelas alfândegas a todos os materiais e utensilios, machinas, combustiveis e mais objectos que forem necessários para a construção e exploração da linha ferrea.

§ 1.º Depois de se achar em estado de exploração a dita linha, essa isenção continuará por mais dois annos tão somente para as machinas e combustiveis destinados á exploração da linha ferrea.

§ 2.º As disposições do principio d'este artigo e seu § 1.º são applicaveis á collocção da segunda via, mas só pelo que respeita ao material que lhe corresponde.

§ 3.º A empresa conformar-se-ha com os regulamentos fiscaes que forem necessários para prevenir o abuso d'esta concessão.

Art. 41.º Concede mais o governo á mesma empresa, sem encargo algum, todos os terrenos do es-

tado que deverem ser occupados pelas linhas que fazem o objecto d'este contrato, e edificios respectivos, bem como todas as madeiras que estiverem sobre os mencionados terrenos.

Art. 42.º Quaesquer expropriações que a empresa houver de fazer para as obras do caminho de ferro contratado serão reguladas amigavelmente, ou pelas leis respectivas, tanto geraes como especiaes, dos caminhos de ferro, devendo intervir o ministerio publico para auxiliar a empresa em nome do interesse geral, nos termos das leis em vigor, ou d'aquellas que venham a promulgar-se para facilitar estas expropriações.

Art. 43.º Concede em fim o governo á mesma empresa a faculdade de desviar correntes e alterar a direcção de caminhos, uma vez que a construção da linha ferrea assim o exija, devendo em todos os casos regular-se pelas leis sobre a expropriação, por utilidade publica, que lhe deverão ser applicadas, e sujeitar-se á prévia aprovação do governo.

#### CAPITULO III

CONDIÇÕES QUE REGULAM O MODO COMO DEVE SER FEITA A EXPLORAÇÃO CONCEDIDA Á EMPRESA PELO ARTIGO 24.º DO CONTRATO

Art. 44.º Para regular os preços da condução de passageiros, gado e mercadorias, adoptar-se-hão como base as tarifas actualmente em vigor no caminho de ferro de leste, ficando os seus preços estabelecidos como maximos até á conclusão do caminho de ferro á fronteira.

§ 1.º Terminado o caminho de ferro á fronteira, serão as tarifas modificadas por accordo entre o governo e a empresa.

§ 2.º Cinco annos depois de entregues á exploração as linhas de leste e do norte, e consecutivamente de cinco em cinco annos, proceder-se-ha á revisão das tarifas.

§ 3.º Reduzidos uma vez os preços para qualquer classe de passageiros ou de mercadorias, não poderão augmentar-se senão passados seis mezes.

§ 4.º Na falta de accordo entre o governo e a empresa, acerca das modificações a introduzir nas tarifas do caminho de ferro de leste, tanto depois de concluido o caminho até á fronteira, como nas epochas marcadas para a revisão, terá cada uma das partes o direito de estabelecer, desde logo, como maximos os preços das tarifas francezas, que n'esse tempo estiverem em vigor para os caminhos de ferro francezes, se não forem superiores aos que vigorarem anteriormente, no caso da revisão de que trata o § 1.º

§ 5.º Entende-se por tarifas que estiverem em vigor nos caminhos de ferro francezes as tarifas que constarem dos cadernos de condições (caliers des charges) das concessões de caminhos de ferro feitas em França, ou as que vigorarem em virtude de lei d'aquelle paiz.

§ 6.º Se o governo julgar que, sem prejuizo dos interesses da empresa, podem reduzir-se as tarifas, e esta não accordar na redução, poderá ella ser levada a effeito por uma lei, garantindo á empresa a producto bruto total do ultimo anno, e o augmento progressivo que em termo medio tenha tido no ultimo quinquennio.

§ 7.º Qualquer modificação que, em qualquer tempo, se faça, será annunciada com um mez de antecedencia.

Art. 45.º A percepção dos preços de transporte deverá fazer-se indistinctamente, sem nenhuma especie de favor.

§ 1.º No caso em que a empresa conceda a um ou mais expedientes uma redução qualquer sobre os preços da tarifa, antes de a pôr em execução, deverá dar conhecimento d'isso ao governo, e este terá o direito de declarar a redução abrigatoria para todos os expedientes, e applicavel a todos os artigos da mesma natureza. A taxa assim reduzida não poderá ser levantada antes de tres mezes.

§ 2.º As reduções concedidas a indigenas não poderão em caso algum dar logar á applicação das disposições que precedem.

Art. 46.º As despezas accessorias não incluidas nas tarifas, taes como deposito, armazem e outras, serão fixadas pela empresa com a aprovação do governo.



mentos francezes, respectivos aos caminhos de ferro subsidiados pelo estado.

Art. 56.º O numero de viagens por dia será fixado pela empresa de acordo com o governo, segundo as necessidades da circulação. O maximo e minimo da velocidade dos comboios ordinarios de viajantes e mercadorias, e dos comboios extraordinarios, bem como a duração do transito completo, serão sujeitos a regras de policia para segurança publica que o governo tem direito de estabelecer, ouvida a empresa.

Art. 57.º Todo o comboio ordinario de viajantes deverá conter, salvo os casos imprevistos de extraordinaria occorrenda, carruagens de todas as classes em quantidade sufficiente para as pessoas que se apresentarem a tomar logar.

Art. 58.º O uso do telegrapho electrico será gratuitamente permitido ao governo para os despachos officiaes, e aos particulares mediante os preços de uma tabella estabelecida pela empresa de acordo com o governo.

CAPITULO IV

CONDICÇÕES RELATIVAS AO DEPOSITO, AS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA, PRANOS PARA A CONSTRUÇÃO, PENAS CONVENCIONALES, LEGISLAÇÃO APPLICAVEL, E OUTRAS ESTIPULAÇÕES TENDENTES A TORNA-RE PERFEITO ESTE CONTRATO

Art. 59.º D. José de Salamanca obriga-se a depositar no banco de Portugal á ordem do governo, em dinheiro ou em titulos de divida publica portugueza de 3 por cento pelo seu valor no mercado, alem das 40.000 libras esterlinas já depositadas, mais 20.000 libras esterlinas, antes de começar as obras, e de receber a parte construida do caminho de leste.

§ 1.º Se as cortes rejeitarem este contrato, entregar-se-ha á empresa a caução que tiver depositado; e se o deposito tiver sido feito em dinheiro, pagar-se-ha á mesma empresa o juro de 6 por cento ao anno, a contar do dia da licitação.

§ 2.º Se o deposito for feito em titulos, a empresa tem o direito a receber os seus juros, em quanto durar o mesmo deposito.

Art. 60.º Quando o engenheiro fiscal do governo declarar, por um attestado, que ha obras executadas pela empresa em termos de serem approvadas, expropriações ou material empregado na importancia de 30.000 libras esterlinas, será permitido á empresa levantar a terça parte do deposito total, ou 20.000 libras esterlinas; quando, por um segundo attestado, o mesmo engenheiro fiscal declarar que ha novas obras, igualmente em termos de serem approvadas, na importancia de outras 30.000 libras esterlinas, será permitido á empresa levantar outra terça parte do deposito de outras 20.000 libras esterlinas; quando, finalmente, o engenheiro fiscal declarar que as obras ultteriores foram executadas na importancia de mais de 30.000 libras esterlinas, ficando d'este modo executadas as obras, feitas expropriações, ou empregado material sobre as linhas concedidas por este contrato, na importancia de 90.000 libras, será permitido á empresa levantar o resto do seu deposito ficando todas as obras feitas servindo de caução ao cumprimento das obrigações da mesma empresa.

Art. 61.º A empresa irá successivamente apresentando o estudo das alterações que propor á directriz adoptada como base pelo artigo 1.º n.º 5.º § 2.º d'este contrato, assim como os projectos completos das diversas secções correspondentes ás duas linhas, de modo que dentro de um anno, a contar da approvação d'este contrato pelas cortes, tenha apresentado todos os desenhos que a sciencia exige como necessários para a completa descripção de todas as obras que a mesma empresa deve fazer em virtude do mesmo contrato, ordenados em harmonia com a disposição do seu artigo 2.º

§ 1.º A decisão do governo, relativa á approvação ou desapprovação das modificações propostas, do projecto completo das secções e mais desenhos, a que se refere este artigo, será intimada á empresa dentro de um mez, a datar da sua apresentação.

§ 2.º O tempo que o governo gastar em decidir as questões de similhante natureza, alem do mez a que se refere o § 1.º, não será contado nos prazos marcados neste contrato para o começo e conclusão das obras.

Art. 62.º A construção dos caminhos de ferro, de que trata este contrato, começará em escala proporcional á sua extensão até um mez depois de approvado pelas cortes, e na mesma escala continuará até á sua conclusão. O caminho de ferro de Lisboa á fronteira de Hespanha, com todo o seu material fixo e circulante, edificios accessorios e dependencias, de que tratam os artigos 1.º e outros, estará prompto para se poder entregar ao transito publico, em toda a sua extensão, dentro de tres annos, a contar do dia em que começarem as obras por conta da empresa.

A linha de ferro de Lisboa á cidade do Porto estará concluida nos mesmos termos dentro de cinco annos, a contar da mesma data.

Art. 63.º Se a empresa não tiver feito a segunda parte do deposito de que trata o artigo 59.º para começar as obras dentro do prazo estipulado no artigo antecedente, terá o governo por sua propria autoridade direito de declarar o contrato por este facto rescindido, revertendo a favor do estado a primeira parte da caução já depositada.

Art. 64.º Se a empresa, tendo começado as obras, as não continuar nos termos do citado artigo, ou se não concluir a construção do caminho de ferro com todo o seu material fixo e circulante, edificios accessorios e dependencias, nos termos e no prazo estipulado no mesmo artigo, ou se não cumprir as clausulas estipuladas neste contrato, ou se se recusar a obedecer á decisão dos arbitros, caso de desavença, terá também o governo por sua autoridade direito de declarar rescindido o contrato.

§ unico. Neste caso será a construção do caminho de ferro, com todas as obras feitas e material fornecido, depois de competentemente avaliados, posta em hasta publica por espaço de seis mezes, com as mesmas condições, e arrematada á empresa que maior lance offerecer. O preço da arrematação será entregue á empresa, segunda outorgante, depois de deduzidas as despesas que o governo tiver feito com o pagamento do subsidio e fiscalisação.

Se dentro d'estes seis mezes não houver quem arremate, serão as obras e material fornecido adjudicados ao estado sem indemnisação alguma, e o contrato rescindido para todos os effeitos juridicos.

Art. 65.º Exceptuam-se das disposições dos artigos precedentes os casos de força maior devidamente comprovados.

§ unico. E também se exceptua das disposições dos mesmos tres artigos o caso em que o governo deixe de pagar alguma prestação da subvenção nos prazos estipulados, segundo o disposto no artigo 29.º d'este contrato, ou depois da decisão dos arbitros no caso de contestação, no qual caso a empresa terá direito a receber os juros de 6 por cento ao anno sobre as quantias devidas, e a interromper as obras pelo tempo em que estiver desembolsada; e reclamar uma extensão de prazos para a construção das obras por um tempo igual ao tempo do desembolso; e bem assim ao pagamento de todas as perdas e danos que lhe possam provir da demora.

Art. 66.º Se a empresa não conservar, durante todo o prazo da concessão, a linha ferrea e suas dependencias, assim como todo o material fixo e circulante, em perfeito estado de serviço, fazendo sempre para este fim, á sua custa, todas as reparações que forem necessárias, assim ordinarias como extraordinarias, conforme as disposições do artigo 25.º,

ou se for remissa em satisfazer as requisições que para esse fim lhe forem feitas pelo governo, poderá este mandar proceder ás necessarias reparações por sua propria autoridade; e n'este caso tem direito de apropriar-se de todas as receitas da empresa até completar a importancia das despesas feitas, augmentadas de um quinto a titulo de multa.

Art. 67.º No caso de interrupção total ou parcial da exploração do caminho de ferro, o governo provera por sua propria autoridade, provisoriamente, para que a dita exploração continue por conta da empresa, e intima-la-ha logo para ella se habilitar a cumprir com a sua obrigação respectiva.

§ 1.º Se tres mezes depois de intimada, na forma d'este artigo, a empresa não provar que está habilitada para continuar com a exploração da linha ferrea nos termos d'este contrato, incorrerá por esse mesmo facto, depois de declaração do governo, na pena de sua rescisão, e perderá o direito a todas as concessões que por elle lhe são feitas, e o governo entrará immediatamente na posse do caminho de ferro e de todas as suas dependencias sem indemnisação alguma.

§ 2.º Ficam salvos das disposições d'este artigo os casos de força maior.

Art. 68.º Quando o governo tomar conta do caminho de ferro, finda a concessão, terá o direito de se pagar de quaesquer despesas, que sejam necessarias para pôr o dito caminho em bom estado de serviço, pelo valor do material circulante, carvão e mais provimentos, e os quaes objectos ficarão servindo nos ultimos cinco annos de hypotheca especial a esta obrigação.

Art. 69.º A execução de todas as obras do caminho de ferro concedido por este contrato, o fornecimento, collocação e emprego do seu material fixo e circulante, ficam sujeitos á fiscalisação dos engenheiros que o governo nomear para esse fim.

Art. 70.º O caminho de ferro na sua totalidade ou em qualquer das suas secções, não será aberto ao transito publico em quanto a empresa não tiver obtido a approvação do governo, que para esse fim mandará examinar minuda e attentamente, por pessoas competentes, todas as obras feitas e material fixo e circulante.

§ unico. Os engenheiros que forem incumbidos d'este cargo procederão a elle com o maior cuidado e circumspecção, e lavrarão um auto em que deem relação minuciosa e exacta de tudo quanto encontrarem com respeito á segurança da via ferrea, in-

terpondo por fim o seu juizo, que submeterão á sancção do governo para o habilitar a resolver.

Art. 71.º O governo terá o direito de fiscalisar por meio dos seus agentes a exploração da linha ferrea, durante todo o tempo da concessão.

Art. 72.º A empresa, seus contrahentes, agentes e operarios ficarão sujeitos, em tudo quanto diz respeito a este contrato, ás leis e tribunales do reino de Portugal.

§ unico. O governo, pela sua parte, lhes garantirá, a elles e ás suas propriedades, a mesma protecção que as leis do reino conferem aos nacionaes. Não se entende contudo renunciarem os interesses aos foros da sua nacionalidade.

Art. 73.º O governo fará o regulamento de policia do caminho de ferro e suas dependencias, ouvida a empresa.

A empresa é autorisada a fazer os regulamentos para os serviços da exploração, submettendo-os á approvação do governo.

Estes regulamentos são obrigatorios para a empresa, e em geral para todas as pessoas que fizerem uso dos caminhos de ferro.

Art. 74.º Todas as questões que se suscitarem entre o governo e a empresa sobre a execução d'este

contrato serão decididas por arbitros, dos quaes dois serão nomeados pelo governo, e dois pela empresa. No caso de empate sobre o objecto em questão será um quinto arbitro nomeado a aprazimento de ambas as partes. Faltando accordo para esta nomeação será deferida ao supremo tribunal de justiça a nomeação do quinto arbitro.

Art. 75.º Este contrato fica sujeito á approvação das cortes. A empresa, depois de verificada a segunda parte do deposito de que trata o artigo 59.º, na importancia de 20.000 libras esterlinas, poderá começar os trabalhos da continuação da linha de leste até á Ponte da Pedra ou na linha do norte, antes d'este contrato ser approved pelas cortes, e ser-lhe-ha entregue a secção construida entre Lisboa e a Ponte de Asseca, e as obras que houver em continuação. Se as cortes não approvarem este contrato serão pagas á empresa as despesas que houver feito com as obras, e o valor do material empregado, sob a fiscalisação dos agentes do governo, depois da competente liquidação, e levando-se em conta a parte do subsidio que a empresa possa ter recebido.

Pago, em 5 de maio de 1860.—José Maria do Casal Ribeiro—Antonio de Serpa Pimentel.

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA  
Repatrição do commercio e industria  
1.ª Secção

Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, acções de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana de 30 de abril a 5 de maio de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO				ACÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS								
Fundos publicos				DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES								
Inscrições de assentamento de 3 por cento, com juro desde o 1.º de janeiro de 1860.....	46 1/2	47 1/4		BANCOS.....	de Portugal (titulos de cinco acções).....	16:000	500:000	todas	500:000	548:500	548:500	2.º semestre de 1859
Inscrições com coupons, idem idem.....	45 1/2	46 1/4			commercial do Porto.....	10:000	200:000	6:687	200:000	255:000	256:500	Idem
Certificados de divida differida.....	33	33 1/2			mercantil portuense.....	7:500	200:000	todas	200:000	255:000	251:500	Idem
					das lezirias do Tejo e Sado.....	4:000	500:000	»	500:000	465:000	470:500	Anno de 1859
					uniao mercantil.....	5:000	90:000	3:000	90:000	41:000	41:000	Anno de 1859
Titulos de divida publica sem juro				COMPANHIAS.....	de seguros bonança.....	7:840	200:000	todas	12:000	40:000	40:000	Idem
Titulos de divida publica (antigos).....	1	2			de seguros fidelidade.....	1:344	1:000:000	»	50:000	810:000	816:500	Idem
Ditos azues.....	1 1/2	2 1/2			de seguros segurança do Porto.....	1:000	1:000:000	»	50:000	150:000	152:500	Até 30 de junho de 1859
Ditos das tres operações.....	12	17			de seguros garantia.....	1:000	1:000:000	»	60:000	120:000	130:500	Até 30 de junho de 1858
Papel-moeda.....	27	29			de seguros equidade.....	2:000	500:000	»	25:000	25:000	30:000	Até 30 de junho de 1857
					de fiavel e tecidos lisboenses.....	10:000	100:000	5:000	100:000	85:000	90:500	Anno de 1859
					de fiavel e tecidos de Torres Novas.....	4:000	100:000	1:398	50:000	65:000	70:500	Idem
					de lanifícios do Campo Grande.....	2:400	50:000	1:389	50:000	26:500	28:500	Anno de 1856
					lisboense de illuminação a gaz.....	20:000	50:000	16:000	50:000	49:500	50:000	2.º semestre de 1859
					portuense de illuminação a gaz.....	8:000	50:000	todas	50:000	38:000	40:000	2.º semestre de 1857
					idem idem beneficiarias.....	5:000	50:000	»	25:000	25:000	25:000	Idem
					combricense de illuminação a gaz.....	4:000	25:000	»	25:000	25:000	25:000	Idem
					dos canaes de Azambuja.....	1:600	150:000	»	150:000	48:000	50:000	2.º semestre de 1853
					dos vapores do Tejo.....	3:000	50:000	2:020	50:000	10:000	11:000	Anno de 1855
					de carruagens omnibus.....	600	100:000	400	100:000	100:000	102:000	Anno de 1859
				de carruagens lisboenses.....	5:000	10:000	todas	10:000	7:500	8:000	2.º semestre de 1858	
				de papel de Alemquer.....	60	1:000:000	40	1:000:000	1:000:000	1:000:000	Idem	
				de algodões de Xabregas.....	750	200:000	todas	200:000	203:000	203:000	Anno de 1859	
				lusitania de navegação a vapor.....	160	550:000	»	550:000	600:000	605:000	2.º semestre de 1859	
				de manutenção civil.....	1:600	100:000	»	100:000	100:000	100:000	Idem	
				perseverança.....	800	200:000	709	200:000	200:000	200:000	Idem	
				de messagerias e malas-postas portuguezas.....	1:600	50:000	1:044	10:000	10:000	10:000	Idem	

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 5 de maio de 1860.—O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme.—Repatrição do commercio e industria, em 5 de maio de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

Boletim dos premios de seguros maritimos effectuados, na semana de 30 de abril a 5 de maio de 1860

PORTOS D'ONDE E PARA ONDE SE CONVENCIANARAM OS SEGUROS		PREMIOS	
PROCEDENCIAS	DESTINOS	EM NAVIOS DE VELA	EM BANCOS A VAPOR
Lisboa.....	Loanda.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Maranhão.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Pernambuco.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Porto.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Rio de Janeiro.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Mossamedes.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Beauquella.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Lisboa.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Cork.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Lisboa.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento
	Londres.....	1 1/4 por cento	15/16 por cento

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 5 de maio de 1860.—O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme.—Repatrição do commercio e industria, em 5 de maio de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

Repatrição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa do movimento dos cereaes, e seus preços, em abril de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 28	Entrada nacionaes.....	12	14	18	16	—	—	—	—	6	40
	Entrada estrangeiras.....	949	3	—	—	—	—	—	—	—	—
	Saida nacionaes.....	1	38	2	52	92	—	30	—	16	27
	Saida estrangeiras.....	304	37	12	14	—	—	—	—	—	—
Existencia.....		19.715	35	642	41	735	58	596	11	444	6
Dia 30	Entrada nacionaes.....	74	58	23	254	19	—	—	—	5	20
	Entrada estrangeiras.....	510	10	—	—	—	—	—	—	—	—
	Saida nacionaes.....	—	—	9	66	59	—	—	—	—	—
	Saida estrangeiras.....	288	4	—	—	—	—	—	—	17	45
Existencia.....		19.997	58	656	41	923	41	596	11	442	45
Preços.....		620 a 780		360 a 410		440 a 480		—		—	

Repatrição de agricultura, em 3 de maio de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE SANTAREM

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Santarem, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS		SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
		CARTAS	JOEIRAS E IMPRESSOS	CARTAS	JOEIRAS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE SANTAREM							
De posta interna.....		—	—	220	63	1.340	6
Do reino e illas.....		5.611	3.458	—	—	—	—
De Hespanha.....		—	—	60	29	—	—
D'alem dos Pyreneos.....		—	—	8	22	—	—
Das provincias ultramarinas.....		—	—	19	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....		—	—	5	—	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes.....		—	—	4	4	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....		—	—	1	—	—	—
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....		—	—	11	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILLAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS							
Para terras do reino e illas.....		6.077	51	133	8	1.160	3
Para Hespanha.....		—	—	70	7	—	—
Para alem dos Pyreneos.....		—	—	8	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....		—	—	7	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....		—	—	5	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....		—	—	10	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....		—	—	1	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....		—	—	—	—	—	—
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de.....		11.691	3.504	562	133	2.500	9
		10.506	2.985	479	194	2.320	9

Nas correspondencias para terras do reino e illas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Santarem, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Santarem, em 2 de maio de 1860.—O administrador, Antonio Hygino dos Santos.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A camara municipal de Lisboa faz saber que não se tendo realizado a arrematação da obra nova e concerto das ferramentas para as obras da cidade e calçadas, conforme se havia annunciado, novamente será posto em praça este fornecimento no dia 14 do corrente, pela uma hora da tarde: as pessoas a quem convier podem comparecer nos pacos do concelho no referido dia, á hora indicada, onde estarão presentes as condições, e será adjudicada a arremata-

ção a quem por menor preço o fizer, e se assim convier á vereação.

Camara, em 5 de maio de 1860.—O escrivão da camara, Nuno de Sá Pamplona.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Sendo necessario mandar para Timor um cirurgião approved por alguma das escolas do reino, abre-se concurso perante o conselho de saude naval e do ultramar para o provimento do referido logar.



presentação da infeliz viuva do valente alferes de caçadores n.º 2, Vicente da Cruz Machado, que estando ultimamente em comissão nos trabalhos da estrada em Santa Comba Dão, succumbiu vítima de uma desgraça, deixando uma infeliz viuva e tres filhos impuberes, sem recursos alguns para a sua sustentação. Recommenda este negocio á consideração da comissão de guerra, a quem pede seja remetido, para que attendendo ás rasões allegadas e provadas nesta representação, dê o seu voto para ser pensionada a viuva, e subsidiado o filho mais velho, que é um acto de eterna justiça.

O sr. *Gaspar Pereira*:—manda para a mesa uma representação assignada por trezentos cidadãos da villa e concelho do Fundão, contra as medidas financeiras. A apresentação d'este documento signfica, da sua parte, o desejo de desempenhar promptamente a comissão de que foi encarregado. Pede que a representação se dê o destino que têm tido as outras de igual natureza; a fim de ser tomada na devida consideração.

O sr. *Abranches*:—não obstante não estar presente o sr. ministro da marinha, nem tão pouco nenhum dos outros ministros, usaria da palavra para a qualidade de deputado pela provincia de S. Thomé, protestar perante o paiz contra as irregularidades praticadas pelo actual governador d'aquella provincia, o sr. Luiz José Pereira e Horta.

Os factos praticados, e que elle, orador, vai relatar, são de bastante gravidade, e por isso não espera pela presença do governo; alem de que estando o actual sr. ministro da marinha ha tão pouco tempo á testa do respectivo ministerio, e tendo vindo, com a chegada do ultimo vapor, a noticia dos factos que vai relatar, não podia querer, mesmo que o governo estivesse presente, que lhe respondesse cousa alguma, porque é de supor que tendo o sr. ministro de attender ás medidas que tenciona tomar para a provincia de Angola, aonde ha uma guerra, algumas das quaes já são do dominio da camara, não tivesse tido ainda tempo de examinar a correspondencia relativa a esta provincia.

Dada pois esta explicação, e na esperança de que s. ex.ª o sr. ministro da marinha, pela leitura do extrato da sessão, hade conhecer a necessidade de providenciar sobre as occorrenças havidas em S. Thomé, vai por alguns momentos occupar a attenção da camara sobre os seguintes pontos:

1.º Por portaria de 13 de março ultimo, foi o delegado do procurador regio da comarca de S. Thomé, o dr. Benjamin Cupertino Abranches de Castello Branco, suspenso das suas funcções; por consequencia ficou tambem suspenso das suas funcções na qualidade de membro nato da junta da fazenda. Similhante suspensão decretada por mero arbitrio do governador, é contra a expressa determinação da portaria do ministerio da marinha e ultramar de 22 de maio de 1843, que, declarando em vigor a provisão do erario de 26 de julho de 1820, prohibe expressamente aos governadores, o poderem suspender os membros da junta da fazenda, disposição esta, que passou para o n.º 17 do artigo 4.º do decreto de 14 de agosto de 1856. Se assim não fosse, seria inutil o decreto de 16 de janeiro de 1837 que restabeleceu as juntas da fazenda. Se a portaria do governador é nulla como elle, orador, entende que é, a consequencia deve ser o levantar-se a suspensão do delegado, e ser severamente estranhado o governador de S. Thomé, quando o governo entenda que não é conveniente usar de outras medidas, como o caso pede.

Descendo á analyse da portaria do governador de S. Thomé, comparando-a com um attestado passado pelo juiz do direito da mesma comarca, e no qual elogia o procedimento e serviços do delegado, sendo o attestado de 10 de março, documentos estes que vem publicados na *Revolução* de hoje, não pôde deixar de dizer, que parece que aquella portaria foi a consequencia de uma vingança da parte do governador, porque no dia 10 de março tinha o delegado officiado ao escrivão deputado, perguntando-lhe se era ou não verdade que na sessão de 3 de março de 1859, quando elle ainda não era delegado, se tinha mandado abonar a quantia de 1728800 réis, pelo excesso da bagagem que o governador tinha levado para S. Thomé, e tanto mais está convencido d'esta asserção, porque vê que a portaria não refere senão factos geraes, que elle, orador, reputa criminações vagas; e é a sua intima convicção que o delegado tem promovido tudo quanto tem estado ao seu alcance para evitar que sejam malbaratados os dinheiros da fazenda publica, e para serem perseguidos os que se empregam no trafico da escravatura. Na secretaria da marinha devem existir documentos a este respeito; e como confia no sr. ministro da marinha, por isso espera que a tal respeito tome as providencias que entender; e se houve similitude abono, que elle, orador, reputa illegal á vista do decreto de 7 de dezembro de 1836; deve o governador ser obrigado a restituir aquella quantia nos termos da portaria do ministerio da marinha de 4 de novembro de 1844; achando-se desde já o mesmo governador incurso na disposição do § 4.º do artigo 2.º do decreto de 29 de dezembro de 1852, por ter convertido indevidamente em uso proprio, um dinheiro pertencente á fazenda. Se o governador levou uma grande bagagem, cumpria-lhe pagar com o seu dinheiro o excesso da passagem que o governo pagou, e que não podia ir alem do que determina o decreto de 7 de dezembro de 1836 (*apoiados*). Elle orador e muitos deputados que estão nesta casa, e tem ido para o ultramar, uns na qualidade de governadores, e outros na de juiz, como lhe aconteceu, têm levado bagagem superior aquella que os navios devem receber dos empregados do governo, e no entretanto têm pago do seu bolso, e não do da fazenda, o excesso que se lhes pede (*apoiados*).

Em segundo lugar, não pôde deixar de censurar o governador de S. Thomé, por não ter cumprido a portaria do ministerio da marinha de 16 de janeiro ultimo, pela qual o governo mandou restituir ás terras das suas naturalidades alguns padres que arbitrariamente tinham sido deportados, a título de serviço, uns para a ilha de S. Thomé, e outro para Ajuda. Esta portaria foi expedida na conformidade do parecer do digno auditor junto ao ministerio da marinha, o dr. Levy, juriconsulto que faz honra ao seu paiz, e que tem prestado bons serviços (*apoiados*), mas sente que o governador tivesse posto um veto aquella portaria. Sabe que os padres de novo se queixam ao governo pela deportação que ainda soffriam á saída do ultimo vapor, e que é provavel que continuem a soffrir; por isso tambem sobre este ponto chama a attenção do governo. É preciso que os governadores por uma vez deixem de pôr o veto ás medidas decretadas pelo governo ou pelo corpo legislativo, e que recebam o castigo se assim praticarem, porque do contrario será uma illusão o systema representativo, e elle, orador, então não terá duvida de rasgar o seu diploma de deputado por inutil. Uma das causas porque os governadores assim praticam é porque nem todas as medidas que se tomam para o ultramar se publicam, e então podem elles mais facilmente occultar aquillo que bem lhes parece.

Em terceiro lugar, não pôde deixar de chamar a attenção do governo acerca das portarias do governador, publicadas no n.º 72 do Boletim, pelas quaes creou corpos para a policia da cidade e dos campos contra a expressa determinação da portaria do ministerio da marinha de 12 de agosto de 1857. Os corpos creados pelo governador trazem um tributo de sangue, e esto não pôde ser votado senão pelas cortes.

Em quarto e ultimo lugar, chama tambem a attenção do governo sobre outra portaria do governador, publicada no Boletim n.º 4, e que elle, orador, entende ser contra o decreto de 16 de janeiro de 1837, porque o governador arrogou a si o direito de approvar a folha de pagamento dos empregados da provincia, quando esta attribuição pertence unicamente á junta da fazenda.

Por em quanto nada mais diz, esperando que s. ex.ª o sr. ministro, tomando a seu tempo em consideração tudo quanto acaba de relatar, resolva como julgar justo.

O sr. *Afonso Botelho*:—manda para a mesa um requerimento para ser dirigido á repartição competente, relativo ao estabelecimento de uma povoação vizinha da sua naturalidade. Um habitante d'aquella povoação, negociante, deixou um legado mrito util á povoação para o estabelecimento de duas escolas, uma para meninos pobres, e outra para meninas, dando-se-lhes alem d'isso um vestuario todos os annos. Nos primeiros annos foi aquelle legado cumprido, mas ha pouco tempo que o parcho da freguezia se introduziu na administração d'este legado, e depois que principiou a exercer a sua fatal influencia os pobres têm sido privados do seu beneficio de vestuario e da sua instrucção, e por isso deseja que seja pedida ao governador civil de Villa Real uma copia do testamento.

Pede tambem que lhe seja reservada a palavra para quando esteja presente o sr. ministro das obras publicas.

O sr. *Eleutherio Dias*:—pela terceira vez vem pedir as contas da receita e despesa do theatro de S. Carlos; fez dois requerimentos pedindo ao governo estas contas, o primeiro em 26 de março e o segundo em 20 de abril passado, e não pôde atingir as rasões da falta de consideração que o sr. ministro do reino tem tido para com pedido tão justo como este, deixando passar quarenta dias sem mandar a esta camara os documentos pedidos com tanta urgencia. Pelas informações que tem, a despesa bruta d'aquelle theatro nesta epocha, isto é em seis mezes excede a 102:000\$000 réis, ao mesmo tempo que a receita não passa de 47:000\$000 réis. Isto não pôde continuar assim, e entende que não só esta camara, mas o paiz, tem direito a exigir do sr. ministro do reino estes documentos para por elles se conhecer em que se gastaram perto de réis 60:000\$000, que a tanto monta o deficit. É isto o que pede, e que a camara tem direito a saber.

A epocha d'este anno acabou, o theatro fechou-se, e consta-lhe que já se escripturaram alguns cantores para a epocha seguinte por conta do governo, não obstante constar-lhe que ha pessoas que querem tomar de empreza aquelle theatro, ainda que com um subsidio superior a 20:000\$000 réis que estão estabelecidos por lei. Mas a camara não pôde aprovar de modo algum 5 réis mais, alem do subsidio votado por lei, sem saber qual a sua receita e a despesa. Manda, pois, um terceiro requerimento, pedindo aquellas contas, e espera que o sr. ministro do reino tenha mais consideração com os requerimentos dos membros d'esta camara, sobre tudo com este que versa sobre um objecto de tanta importancia.

Por agora não diz mais cousa alguma, e reserva-se para em breve mostrar qual tem sido a administração d'aquelle theatro, ainda que não seja pelos documentos officiaes que pede, no caso d'elles não virem a esta camara, o que não espera, por documentos particulares que reputa e tem a certeza de serem exactos.

O sr. *Aragão*:—ha dias chamou a attenção do governo sobre a insubordinação do batalhão de caçadores n.º 8 em Beja, pelas informações que tinha recebido; mas tendo posteriormente sido melhor informado, declara que tal insubordinação não existiu; o corpo de caçadores n.º 8 portou-se com a maior disciplina, e com a maior ordem: é por consequencia do seu dever declarar que foi mal informado, e que tanto o commandante como os officiaes d'aquelle corpo são dignos dos maiores elogios.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—tem na mão um documento sobre o qual deseja chamar a attenção da camara e do publico. É uma representação dos habitantes do concelho de Leiria contra as medidas de fazenda.

Longe de si lançar a menor censura sobre a representação ou sobre os seus signatarios que respectiva, e de muitos dos quaes é amigo e obrigado. Porém como representante legitimamente eleito (porque tem a consciencia que o é) d'elle conclue, deve dizer que basta contar o numero das assignaturas, para conhecer que são ellas muito inferiores ao numero dos habitantes, e que portanto, visto o ditado *«quem cala consente»* é licito supor que a maioria das leirienses não partilha as idéas dos signatarios.

Conhece muitos proprietarios da maior consideração em Leiria, e procurou debalde os seus nomes entre as assignaturas. Não os encontra. Repete que n'isto não quer contestar a respeitabilidade dos que assignaram. Estão ali muitos da primeira consideração em Leiria. Mas observa isto para provar a não unanimidade. Ousa mesmo dizer que não vindo as assignaturas reconhecidas por tabelião, como aconteceu nas outras que aqui se têm apresentado, é-lhe licito duvidar da authenticidade de algumas.

Tambem quer que a camara saiba que alguém desejou que a camara municipal tomasse a iniciativa na representação, e que deliberando ella a este respeito, resolveu que não devia tomar parte n'ella.

No momento em que um partido quer fazer d'estas demonstrações arma politica, julga util fazer esta analyse sobre as representações, e crê que se todas forem sujeitas a um exame comparativo, como o que acaba de fazer a esta, que foi apresentada como expressão do voto leiriense, vir-se-ia no conhecimento de que não é o paiz tão *unanime* como querem fazer-lo em condemnar as medidas do governo.

O sr. *Rebello Cabral*:—quer chamar a attenção do sr. ministro das obras publicas sobre dois pontos: o primeiro é sobre a directriz do caminho de ferro do norte. Está persuadido de que o que a camara votou foi que elle passasse pela Ponte da Pedra e Thomar, e segundo informações que tem constalhe que se lhe quer dar outra direcção, não tendo sido essa a idéa que a camara votou; e não sabe se o contrato pôde ser alterado depois de ser approvado pelo corpo legislativo.

O outro ponto é relativo ao estado da Ponte dos Reguengos, sobre que já chamou a attenção de s. ex.ª, prometendo s. ex.ª dar as providencias para o acabamento d'esta ponte. Entretanto tem a informar, que as obras estão quasi paradas, e segundo informações de pessoas competentes, ha defeitos de tal ordem, que se recia que haja ali grandes perigos, e por isso ha de pedir a s. ex.ª que antes de pôr ao transito publico aquella ponte, a mande examinar.

Espera portanto a presença de s. ex.ª para chamar a sua attenção sobre estes dois objectos.

O sr. *Alves Martins*:—chama a attenção da comissão ecclesiastica sobre os projectos que lhe foram submettidos sobre congruas de parochos, porque todos reconhecem que a situação dos parochos em Portugal é a mais precaria e desgraçada que se pôde imaginar. Já chamou a attenção do sr. ministro da justiça a este respeito, dizendo s. ex.ª que tencionava apresentar alguma medida sobre este assumpto, mas que haveria alguma demora, o que não inibia a comissão de apresentar qualquer parecer a este respeito.

Aproveita a occasião para declarar que, por motivos de delicadeza, não pôde aceitar a nomeação que a mesa fez escolhendo-o para fazer parte da comissão ecclesiastica.

O sr. *Dias de Azevedo*:—a comissão tem-se occupado incessantemente d'esses trabalhos, mas tendo uma conferencia com o sr. ministro da justiça, e dizendo s. ex.ª que tinha trabalhos especiaes a esse respeito, a comissão entendeu que devia sobre-estar nos seus trabalhos para não apparecerem em duplicado.

Pede tambem que se lhe conserve a palavra para quando estiver presente o sr. ministro das obras publicas.

O sr. *Encarnação Coelho*:—em additamento ao que disse o sr. Dias de Azevedo, em resposta á pergunta do sr. Alves Martins, cumpre-lhe dizer que, como membro da comissão, lhe foi distribuido não só o projecto do sr. Alves Martins, mas outro do sr. Rojo, e outros mais papeis que prendem com a questão das congruas dos parochos para elaborar o parecer.

A comissão entendeu dever ter uma conferencia com o sr. ministro da justiça antes de apresentar á camara qualquer parecer; e sabendo que s. ex.ª tinha trabalhos muito adiantados a este respeito, entendeu dever sobre estar em qualquer resolução até o sr. ministro apresentar esses trabalhos. É este o motivo porque a comissão não tem satisfeito já aos desejos do sr. deputado, que são tambem os d'elle, orador, pois sabe quanto soffre esta classe, porque tambem já passou pelo mesmo.

O sr. *Garcia Peres*:—manda para a mesa uma nota de interpellação ao sr. ministro das obras publicas, sobre as causas que impedem que se abra á circulação o ramal do caminho de ferro para a cidade de Setubal. E chama a attenção da comissão de obras publicas sobre o projecto de lei apresentado por elle e o sr. Aragão, em que propõem uma subvenção á companhia que estabelecer uma carreira de vapores entre Setubal e Alcazar do Sal.

O sr. *Gomes de Castro*:—pede ao sr. ministro dos negocios estrangeiros a bondade de tomar em consideração uma nota de interpellação, que ha tempo apresentou, sobre os direitos de consulagem na Gran-Bretanha, a fim de se poder verificar com a brevidade possivel.

O sr. *Coelho de Carvalho*:—tendo servido por alguns annos debaixo das ordens do sr. Horta, actual governador de S. Thomé, pôde dar testemunho á camara de que é um homem intelligente, e de um caracter probo e honesto (*apoiados*), e por isso lhe fizeram muita impressão as accusações apresentadas pelo sr. deputado Abranches. Não responde agora ao sr. deputado, porque não julga ser occasião oportuna, mas pede á camara que suspenda algum juizo menos favoravel que por ventura taes accusações podessem fazer no seu animo, até que sejam presentes as informações que pede ao governo no requerimento que manda para a mesa.

O sr. *Lacerda (Antonio)*:—manda para a mesa um parecer da comissão de poderes sobre os documentos apresentados pelo sr. D. José de Alarcão, acerca da capacidade eleitoral do sr. Sieuve, eleito pelo circulo da Villa da Praia da Victoria.

O sr. *Palma*:—em resposta ao pedido do sr. Garcia Peres, acerca do projecto apresentado por elle e pelo sr. Aragão, tem a dizer que a comissão já o examinou, e espera em breve poder apresentar o seu parecer.

Aproveita a palavra para confirmar o que acaba de dizer o sr. Coelho de Carvalho, relativamente á probidade, intelligencia e honestidade do actual governador de S. Thomé, o sr. Horta. Sabe que qualquer deputado, muniado dos devidos documentos, pôde accusar o procedimento de qualquer funcionario publico, mas sem esses documentos, não só não reconhece direito a nenhum deputado para fazer taes accusações, mas acha muito inconveniente que se procure por este meio tirar mais a força das autoridades do que ellas já têm, e pede ao sr. presidente, que, por bem da ordem, não consinta que nenhum sr. deputado, abusando da sua posição, venha á camara fazer taes accusações sem apresentar os documentos que justifiquem aquillo que diz (*apoiados*).

O sr. *Presidente*:—a camara é testemunha dos esforços que constantemente emprega para conter os srs. deputados na ordem, e se um ou outro senhor abusa, não é por sua culpa ou vontade.

O sr. *Palma*:—declara não ter querido fazer a menor censura ao sr. presidente, antes pelo contrario sabe de certo que os seus sentimentos n'esta parte são iguaes aos d'elle orador.

O sr. *Pedro Roberto*:—pede ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

O sr. *Thomas de Carvalho*:—no principio d'esta sessão legislativa foi nomeada uma comissão com o fim de estudar o modo mais conveniente de regular a publicação das sessões da camara, mas até hoje não viu ainda trabalho algum apresentado por essa comissão. Sabe que as sessões têm sido publicadas com atraso, e não sabe para que sirva esta publicação, a não ser regular, e embora com alguma demora, mas que não seja demasiada, porque do contrario não tem conveniencia alguma.

Espera as explicações da comissão, e se ella declarar que nada ainda tem que apresentar, pedirá licença para apresentar um trabalho que tem a este respeito.

O sr. *Barros e Sá*:—na ausencia do presidente e relator da comissão, responde ao illustre deputado, que a comissão se reuniu uma vez, e principiou a tratar d'este negocio; pediu algumas informações á secretaria, que as deu com promptidão e exactidão. Desde então para cá não se tem reunido mais, em consequencia dos trabalhos importantes que tem entretido a attenção da camara. Dizendo o sr. deputado que tem alguns trabalhos a este respeito, a comissão estimaria muito que o sr. deputado os apresentasse, e a quizesse ajudar com as suas luzes.

O sr. *Bivar*:—Manda para a mesa um requerimento pedindo esclarecimentos ao governo, e aproveita a occasião para unir a sua voz ás declarações feitas pelos srs. Coelho de Carvalho e Palma acerca do sr. Horta, governador de S. Thomé.

O sr. *Presidente*:—conforme a resolução da camara, que encarregou a mesa de nomear um membro para a comissão da moeda falsa para substituir o actual sr. ministro da marinha; a mesa nomeia para esta comissão o sr. deputado Alberto Antonio de Moraes Carvalho.

O sr. *Moraes Carvalho*:—achando-se bastante incommodado, e sobrecarregado com os trabalhos das comissões de legislação e administração publica, não fallando em uma comissão externa bastante laboriosa como é a da syndicania ao hospital de S. José, pede ao sr. presidente o dispense de fazer parte da comissão para que acabou de ser nomeado.

O sr. *Presidente*:—a mesa não pôde aceitar a dispensa pedida pelo sr. deputado, e espera mesmo que s. ex.ª, por bem da causa publica, se não recuse a este serviço.

O sr. *Moraes Carvalho*:—impossiveis não se podem fazer; fará o que estiver nas suas forças.

#### ORDEM DO DIA

O sr. *Presidente*:—segundo a resolução tomada hontem pela camara, vai ler-se o projecto n.º 35 das comissões de guerra e ultramar, para entrar em discussão. É o seguinte:

Senhores.—As comissões reunidas, de guerra e

ultramar, examinaram com a devida attenção a proposta do governo, para serem concedidas diversas vantagens ás praças que devem formar o contingente do corpo expedicionario que as circunstancias reclamam, se faça partir com urgencia para Angola.

As vantagens consistem em o augmento de vencimento, que exigem as circunstancias especiaes da possessão de que se trata, e a necessidade de habilitar os militares, que têm de fazer parte da expedição, a proverem á sustentação de suas familias, e a garantir as pensões de guerra, e a contagem do tempo de serviço, pelo mesmo modo e pela mesma maneira, por que têm sido concedidas em outras occasiões em que se exigiam talvez menores sacrificios.

As vossas comissões entendem que similitude medida é aconselhada pelas maiores considerações de conveniencia publica e de equidade, e são de opinião que a proposta do governo deve ser convertida no seguinte projecto de lei:

Artigo 1.º E o governo autorisado a conceder aos officiaes e mais praças, facultativos e empregados de saúde, officiaes de fazenda militar e capellães, que compozerem o destacamento destinado á provincia de Angola as seguintes vantagens:

1.ª Para reforma, para baixa ou passagem a veteranos, o dobro do tempo que decorrer desde o dia em que o destacamento saír do porto de Lisboa, até áquelle em que o seu regresso desembarcar em Portugal.

2.ª O dobro dos respectivos vencimentos, de soldo, gratificação e pret, durante o referido tempo.

Art. 2.º Aos individuos especificados no artigo antecedente, que se impossibilitarem no serviço, e ás familias dos que fallecerem por effeito de ferimento em combate, por desastre, ou por molestias endemicas devidamente comprovadas, serão applicadas as disposições da carta de lei de 19 de janeiro de 1827.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das comissões, em 4 de maio de 1860.—*V. Ferrer*.—*Augusto Correia de Lacerda*.—*Joaquim Mendes Neutel*.—*Joaquim Pinto de Magalhães*.—*Antonio Maria Barreiros Arrobas*.—*João de Sousa Machado*.—*Barros e Sá*.—*Francisco Joaquim da Costa e Silva*.—*Bernardo Francisco de Abranches*.—*Alexandre Balduino Severo de Mendonça*.—*Augusto Xavier Palmeirim*.—*D. Luiz da Camara Leme*.—*Thiago Augusto Velloso de Horta*, relator.—*Carlos Cyrillo Machado*.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*:—pede que haja uma só discussão na generalidade e especialidade. Assim se resolve.

O sr. *Aragão* (sobre a ordem):—apresenta o seguinte additamento:

«Propoção que no artigo 1.º em lugar de—para a reforma—se diga—para a promoção, reforma, etc.—» *Aragão Mascarenhas*.

É admittida á discussão.

O sr. *Castro Ferrer* (sobre a ordem):—apresenta a seguinte substituição:

«Artigo 1.º E o governo autorisado a dar um posto sem clausula aos officiaes que fizerem parte da força expedicionaria para Angola, da seguinte forma:

1.º Serão nomeados os mais antigos, cada um na sua classe;

2.º Se estes não quizerem, serão nomeados os immediatos na antiguidade, e se estes ainda recusarem, os outros que se seguirem, e assim successivamente.

Art. 2.º O tempo de serviço n'aquellas paragens será de tres annos; sendo contado o das praças de pret o dobro para a baixa, e o dos officiaes o dobro para as reformas.

Artigo 2.º do projecto passa a ser o artigo 3.º

Art. 4.º Os officiaes serão considerados em comissão, e as suas vagas, logo que ellas tenham lugar, serão preenchidas.

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrario.—*C. B. de Castro Ferrer*.

É admittida á discussão.

O sr. *Soares Franco* (sobre a ordem):—apresenta o seguinte additamento:

«As vantagens concedidas por esta lei á força do exercito de Portugal, serão extensivas á força maritima que concorrer em operações com a força militar.—» *Soares Franco*.

É admittido.

O sr. *Balduino* (sobre a ordem):—apresenta o seguinte § unico ao artigo 2.º:

«§ unico ao artigo 2.º As disposições d'este artigo serão extensivas ás familias dos officiaes da provincia, que, tendo pertencido ás forças expedicionarias desde a occupação do Ambriz até hoje, morreram em combate, ou que por molestia ou ferimentos pela mesma razão se impossibilitaram, e bem assim em casos identicos aos que da mesma provincia forem mandados servir na expedição de que trata o presente decreto.—» *A. Balduino*—*Soares Franco*.

É admittido.

O sr. *Abranches* (sobre a ordem):—não pretende fazer a menor alteração ao artigo 1.º do projecto, porém em quanto ao 2.º, que é uma recompensa que se dá aos que sacrificam a sua vida, que se impossibilitam ou morrem, deixando as suas familias desgraçadas, é justo que esta disposição seja tambem applicavel aos militares que já estão servindo em Angola, porque de contrario haveria emulação entre uns e outros, e o resultado seria um mau serviço. Em consequencia manda para a mesa a seguinte proposta:

«Em lugar de—aos individuos especificados no artigo antecedente que se impossibilitarem, etc.—» a todos os individuos que se impossibilitarem, etc.—» *B. F. de Abranches*.

É admittida á discussão.

O sr. *Afonseca* (sobre a ordem):—foi até certo ponto prevenido pelo sr. Soares Franco, mas como no seu additamento ha um ponto em que s. ex.ª não tocou, manda-o para a mesa e é o seguinte:

«Additamento ao artigo 2.º—Os officiaes da armada, e praças a ella pertencentes, uma vez que se achem nas mesmas circunstancias a que este artigo se refere, gozarão do favor conferido pela carta de lei de 1827.

Fica o governo autorisado a conceder tres mezes de comediações dobradas aos individuos de que trata o presente additamento.

Sala da camara, 5 de maio de 1860.—*L. V. da Afonseca*.

É admittida á discussão.

O sr. *Arrobas*:—manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propoção que no artigo 1.º depois da palavra—baixa—se acrescente—para a concessão de condecorações.—» Em 5 de maio de 1860.—*Arrobas*.

É admittida á discussão.

O sr. *Dias de Azevedo*:—nem sempre querendo-se marchar depressa se chega a um fim proveitoso, e a prova está em que as emendas e additamentos ao projecto chovem sobre a mesa, e o resultado será não se poder discutir cousa alguma convenientemente. Em consequencia manda para a mesa a seguinte proposta:

«Propoção que o projecto n.º 35, e todas as emendas, additamentos e substituições, voltem ás respectivas comissões para serem devidamente considerados.—» *Dias de Azevedo*.

Considerada como adiamento é apoiada e entra em discussão.

O sr. *Arrobas*:—requer que esta proposta de adia-

mento entre em discussão conjuntamente com as outras propostas e o projecto.

A camara approva este requerimento.

O sr. *José Estevão*:—deseja que a discussão d'este projecto termine hoje, e é facil terminar, se a camara se inspirar das circunstancias e do intuito da lei, que é essencialmente transitorio e excepcional, e que tem por fim preparar uma força para acudir a um perigo eminente; mas se se desconhecer este fim e a discussão não terminar hoje, então pede que as diferentes propostas que se têm apresentado sejam publicadas no *Diario de Lisboa*.

O sr. *Presidente*:—é costume publicarem se todas as propostas no *Diario de Lisboa*, e por consequencia não é necessario pôr á votação o requerimento do sr. deputado.

O sr. *Azevedo e Cunha*:—arrastado pelo entusiasmo que parece borbulhar de todos os angulos d'este augusto recinto, gerado pela pasmosa actividade desenvolvida pelos dois novos ministros, brilhantes reflexos dos velhos ministros a quem a Divina Providencia tem conservado os dias esperancosos para completarem a ventura d'esta nossa terra, realisando o seu programma governativo, e salvar a integridade dos dominios portuguezes nas cinco partes do mundo, mas com especialidade na Africa occidental, na nossa rica provincia de Angola, onde o africano adulto encara ousado o brilho das quinas portuguezas, que pensa passarão a mãos abastardadas, e promove guerra por julgar que as armas dos nossos guerreiros não são já da fina tempera das dos nossos antepassados que levaram a fé e a civilização a tão remotas e longinquas plagas; e arrastado por este movimento rapido em que os ministros propõem, as comissões reunidas ápressa approvam no mesmo dia, e dá-se para ordem do dia da sessão seguinte, saltando-se todas as barreiras regimentaes; confessa que esteve a ponto de dizer: isto é que é actividade, isto é que são medidas, agora é que vamos colher louros na guerra preta, e isto sem mesmo meditar as medidas, só pela respeitabilidade das pessoas dos srs. ministros proponentes, e por ser ainda d'aquelles que se persuadem que os projectos que partem dos srs. ministros, não podem ter senão o cunho de acerto pelos muitos meios que tem ao seu alcance para se informarem e conhecerem os remedios mais adequados, para resolverem as diferentes questões da governação publica, porque se assim não fosse não estavam nos conselhos da coroa, e se das medidas lhe resulta gloria, tambem tem responsabilidade.

Mas como desgraçadamente tem sido victima de alguns dos seus enthusiasmos, e tem tido de se arrepender sem proveito; como tem tido tantas illusões perdidas e não quer agora andar precipitado, attendendo a que a sua idade não lhe permite já estas aberrações; quiz ler as medidas salvadoras, e achou no principio as comissões reunidas de guerra e ultramar; ora como é membro d'esta ultima, posto que humilde, e não foi consultado, apesar de ser aqui um deputado pouco auctorisado, porque a sua procuração era para a camara transacta e não para esta, mas em quanto não chega o seu successor, o que muito deseja, porque em verdade não tem a força de deputado, e no tirocinio que tem tido cada vez se convence mais que não nasceu para deputado, não quiz incorrer na responsabilidade de não ser dos mais acordados, de ser accusado de dormir em occasião tão solemne, e de não levantar a sua fraca voz em favor da classe militar que vai servir no ultramar, e que é o objecto da presente lei.

Todos desejam socorrer a possessão que se acha a braços com crises e difficuldades; mas por isso mesmo não se devem regatear as vantagens que devem ser concedidas aquelles que vão servir n'essa possessão, e que a maior guerra que têm a soffrir é a doença, pois que vão estar a braços com uma epidemia constante. Nem mesmo se quer conceder aquelles que vão servir no ultramar o posto immediato que lhes garante a carta de lei de 10 de setembro de 1846, porque quasi todos os governos têm deixado de conceder esse posto, cedendo á pressão d'aquelles que não têm a coragem de pará lá ir, que não querem expor a sua vida, mas que querem os postos. De maneira que um official que vai estar seis annos na Africa, e que volta de lá doente e muito doente, tem de ser lançado na disponibilidade e morrer de fome. O governo é auctorisado, pelas medidas que se propõem, a conceder o dobro do soldo ás praças de pret e aos officiaes; mas pela differença do cambio vêm a soffrir uma deducção de vinte e tantos por cento.

A prova de que se tem andado ás apalpadellas n'este negocio, é que se mandou primeiramente uma circular aos corpos para darem o seu nome aquelles que quizessem ir para Angola com um posto de acesso, e depois mandou-se outra indicando as condições que agora se propõem, e que ainda não estão approvadas.

Servir na Africa não é o mesmo que servir em Portugal, aonde de mais a mais ha milhares de comissões retribuidas; e embora se acabe com o soldo dobrado e com o vencimento para a reforma, mas dê-se o posto de acesso, e é este o fim da proposta que vai mandar para a mesa.

Tanto afan, tanto desejo em mandar uma força para Angola, quando não temos armas á Minié, nem canhões raiados, ao mesmo tempo que os negros estão bem armados com armas de alcance e precisão, porque são soprados por inimigos que estão proximos.

Conclue mandando para a mesa a seguinte proposta:

«Art.º O governo concederá aos officia



providenciado de outro modo; o governo não tem concedido o posto de acesso, porque sempre tem havido officiaes que se tem offerecido, como agora ha, a irem servir no ultramar simplesmente pela antiguidade; e se os não houvesse havia de propor uma medida para que tanto os officiaes como os soldados fossem obrigados a ir servir no ultramar.

Conceder o posto immediato sem prejuizo da antiguidade, longe de ser um premio, viria a ser um castigo, porque quando o official voltasse ficaria na disponibilidade até que podesse entrar na effectividade.

O governo entende que estes soldos e pretos, não de ser satisfeitos em moeda forte, e por consequencia não ha a diferença de cambio a que o sr. deputado alludin.

Indicou-se na ultima sessão que se mandasse um corpo para Angola. Seria isso o que mais convinha, mas a final reduziu-se a um destacamento, porque deviam ser tirados d'esse corpo os soldados que tivessem o tempo de serviço completo, e os officiaes que pelo seu estado physico não podessem soffrer o clima de Angola, e em resultado ter-se-ia de organizar um novo corpo.

O illustre deputado argumentou certamente sem conhecimento dos factos. Já de prevenção se deram ordens para que a força que vae para Angola leve armas á Minia, que as ha no arsenal do exercito; e outras com relação a hospitaes e ambulancias, ordens estas que se não de desenvolver, no caso de ser approvado o projecto de que se trata.

El respondendo á critica de s. ex.ª com respeito a ter o governo dirigido circulars n'um sentido, e depois em outro, que as primeiras eram em conformidade com a lei de 1846, e a intelligencia de que esta expedição ha de fazer parte da guarnição de Angola pelo tempo de tres annos, mas depois resolveu-se que devia ser um destacamento de praças tiradas do exercito, que deixavam os seus logares em aberto; assegurou ao illustre deputado de que não havia de faltar officiaes, que quando regressarem não passam para a disponibilidade, mas vão occupar os seus logares, nem ha de faltar praças de pret, porque já ha mais do que se precisa.

Limita-se a estas observações para tomar a palavra no correr da discussão, quando o julgue necessario.

O sr. Palmerin:—manda para a mesa um parecer das commissões reunidas de fazenda e ultramar, e outro da commissão de fazenda: o primeiro sobre a proposta que autorisa o governo a empregar até 100.000\$000 réis na expedição para Angola, cuja urgencia pede para entrar em discussão, logo que seja votado aquelle de que a camara se tem occupado; e o segundo sobre a proposta do governo que permite a venda dos diamantes em bruto, pertencentes á coroa, que existem no banco, com destino á compra de inscripções.

O sr. Pinto Coelho:—tendo ouvido dizer ao sr. ministro da guerra que o governo não tem autoridade para mandar uma parte do nosso exercito militar ao ultramar, deseja que o governo declare qual é a lei que d'isso o impossibilita, porque quer desde já propor a sua derogação.

O sr. Balduino:—desejo da prosperidade da provincia de Angola, que representa na camara, quizera que o sr. ministro da marinha e ultramar expozesse qual o seu pensamento acerca do tempo por que ha de permanecer n'aquella provincia a expedição que segue para Loanda, por quanto, tendo ouvido dizer ao sr. ministro da guerra que pouco mais de cinco mezes se demorará na colonia, o que mostra que s. ex.ª não tem conhecimento do que são os indigenas, observa que a ser assim é o mesmo que não mandar força nenhuma e ir gastar dinheiro improduttivamente.

Os indigenas não conhecem autoridades e leis, não têm respeito a pessoa alguma, nem sabem a arte da guerra; não se juntam para dar batalha aos inimigos nem a esperam, e este ultimo facto accoetido no Congo com o governador geral, Amaral, o prova bem.

Os pretos da Africa não reagem contra a mais pequena força: somente fazem insultos ás pessoas que passam isoladas pelos logares onde elles habitam, mas apenas vêem uma pequena porção de tropa que faça o mais leve movimento contra elles, fogem para as cumieadas das montanhas, e ali espreitam o inimigo.

Por tanto todas as vezes que as forças, que vão n'esta expedição, não forem occupar permanentemente o Congo, nada se consegue.

Elle, orador, entende que a primeira necessidade que o governo tem, é mandar occupar aquelle ponto de S. Salvador do Congo, onde já tivemos uma igreja, onde houve um bispo e missionarios. Para colonisar a costa de Africa o meio mais efficaç é a religião (apoiados): são necessários ali sacerdotes que edificam com o seu exemplo, mestres que instruem com as suas lições, e autoridades honestas e intelligentes que moralisem aquelles povos.

E não pôde deixar de reender ao governador geral da provincia, Amaral, os maiores elogios pela bravura com que lhe consta que se portou no conflicto que ali se deu com os gentios, e nega que as forças, á testa das quaes marchava, fossem batidas, por quanto apenas perderam doze praças.

Agora em sustentação do § que apresento diz, que é de justiça que homens, que vão fazer serviço áquellas terras, que vão lutar com dois inimigos, a febre e os indigenas, e que alem d'isso têm de lutar com a carestia dos generos, sejam de certo modo compensados, e pede á camara que tome em consideração aquelle §.

O sr. Thiago Horta:—maravilhado da maneira porque tem visto entrar n'este debate, sente que o illustre deputado que enceta a discussão estranhe a actividade do governo, e das commissões a este respeito.

A camara sabe quaes as considerações que levaram o governo a apresentar a medida em questão, quando se trata de socorrer uma nossa possessão importante, e que carece no momento de uma força militar.

O governo podia mandar um batalhão ou dois ou o que elle entendesse, e haviam de ir, porque toda o militar tem obrigação de marchar quando ha uma ordem n'este sentido, tem obrigação de obedecer sem fazer reflexões.

At mesmo tempo é verdade que tambem os poderes do estado têm obrigação de attender a todas as necessidades que o exercito tem, para que não lhe faltem os commodos da vida; e por consequencia o governo ha de fazer o que lhe cumpre e o parlamento ha de ir de accordo com o governo para que os socorros vão a tempo, para que sejam proficuos, e para que não haja deshumanidade com as forças que vão.

Nestas circumstancias trata-se de medidas excepcionaes e de occasião.

É verdade que o decreto de 10 de setembro de 1846 autorisa o governo para poder conceder um posto aos officiaes que manda para o ultramar, mas não o inibe de os poder mandar sem esse posto; e se o governo o pôde fazer sem clausula, muito mais o pôde fazer com clausula.

Elle, orador, está persuadido de que o decreto precisa de reforma, como muitas outras cousas do ultramar, mas não é possível resolver, a proposito da medida de que se trata, a questão das possessões ultramarinas.

Ora, tratando-se de mandar com pressa alguns socorros de guerra que são em Angola muito ne-

cessarios, o governo quiz dar meios de subsistencia aos militares que vão para lá, porque tudo é mais caro, e para isso veio pedir ao parlamento authorisação para lhes dobrar os soldos, que não têm deducção de decima e que são pagos pela tarifa forte.

Mas diz-se: «as garantias são poucas, é preciso dar um posto de acesso.» E elle, orador, entende que não: entende que não se devem dar postos de acesso aos que vão para o ultramar, mas quando regressarem, se o seu merecimento e serviços os tornarem d'isso dignos.

Algumas propostas foram mandadas para a mesa que lhe parece não terem cabimento no projecto: ha porém uma que é do sr. Soares Franco, a qual talvez possa ser adoptada, e tem ella por fim fazer extensivas aos officiaes da armada e praças de marinha as mesmas vantagens que se concedem aos officiaes e praças do exercito. Se o fim d'esta proposta é recompensar os officiaes e praças da armada que entraram em operações de terra, então a justiça manda que ella seja adoptada, ainda que lhe parece estar comprehendida no artigo.

Quanto a ser extensivo o projecto ás forças que já existem no ultramar, tem duvida porque recia que d'ahi resultem inconvenientes: a força do ultramar tem uma organização especial e diversificada em cada colonia, e por isso pediria ao governo que meditando sobre o assumpto como elle merece, apresentasse um projecto mais largo, e não se prejudicasse a discussão da proposta do governo, que na realidade ainda não viu combatida com argumentos plausiveis.

E fallando assim já se vê que não pôde apprová-lo o adiamiento.

O sr. Avila:—(sobre a ordem) por parte da commissão de fazenda lê e manda para a mesa o parecer da mesma, sobre as alterações feitas na outra camara ao projecto que concede uma pensão á senhora duqueza da Terceira.

O sr. Rebelo da Silva:—(para um requerimento) pede que a exemplo do que já se praticou a respeito d'este negocio, logo que finde a discussão do projecto em que a camara está empenhada, sem dependencia de impressão e distribuição, se trate do parecer que se acaba de apresentar.

É approvado este requerimento.

O sr. Soares Franco:—(sobre a ordem) pede para retirar o additamento que mandou para a mesa, no caso de que, por parte da commissão ou do governo se declare que, a força de marinha que foi empregada em operações internas, o que pôde acontecer e teve lugar nos acontecimentos de Quicombo, gozará das mesmas vantagens que pelo projecto são concedidas ao destacamento do exercito que vae fazer serviço em Angola.

O sr. Ministro da marinha (Sá Vargas) (sobre a ordem):—pediu a palavra sobre a ordem por parte do governo para informar o illustre deputado e a camara de que o governo não tem duvida em consignar na lei para mais clareza a idea que o illustre deputado acabou de apontar, ainda que o pensamento estava consignado no artigo. A tropa de marinha desde que salta em terra para entrar em operações terrestres de certo modo vem a perder a sua primeira natureza, e está claro que, expondo-se aos mesmos perigos e fazendo o mesmo serviço, tem direito a iguaes vantagens.

Portanto, a idea do illustre deputado, se não está bem expressamente comprehendida na lei, o está no seu pensamento, e por conseguinte não pôde deixar de concordar em que a redacção do artigo se torne mais clara.

O sr. Affonseca:—pede tambem para retirar a sua proposta em vista das declarações do sr. ministro.

As propostas dos srs. Soares Franco e Affonseca consideram-se retiradas.

O sr. Castro Ferrer:—tendo hontem o sr. ministro apresentado este projecto, o havendo-se reunido immediatamente as commissões de guerra e do ultramar, para sobre elle darem o seu parecer, não tendo como membro d'uma d'estas commissões corrido a essa reunião, não pôde por isso apresentar ali as suas idéas; e parece-lhe que o projecto se resente da precipitação com que foi apresentado pelo sr. ministro e apreciado pela commissão.

Não vê que o dar um soldo dobrado aos officiaes e praças que forem servir em Angola seja a medida que mais convem adoptar, e está persuadido de que pela medida que propõe se haviam de obter melhores resultados. Os officiaes do exercito levam-se mais pelas honras e pelo brio do que pela parte monetaria.

Alem d'isto no projecto não se falla da força de que se ha de compor a expedição; não se diz o numero da força, nem a sua organização; no projecto não se falla no tempo de serviço que esses individuos hão de prestar n'aquella possessão, e tudo isto era conveniente que se fivesse marcado.

Pelo modo porque se quer mandar a expedição a Angola, o sr. ministro terá officiaes como disse para irem, mas parece-lhe que não ha de ser dos melhores, nem dos que poderão prestar mais serviços ao paiz.

E que quer dizer—vá o exercito para a Costa d'Africa! Se se quer acabar com o exercito era este um bom meio de o conseguir, e não pôde deixar de dizer que se admira de ouvir dizer ao illustre relator da commissão, que o exercito ha de ir para a Costa d'Africa se o mandarem (apoiados); se se trata de salvar a independencia do paiz e do territorio, não só o militar, mas todo o cidadão é obrigado a concorrer para a defesa do mesmo paiz; mas todos sabem que ha exercitos especiaes para fazerem o serviço das colonias. Agora se n'uma possessão a força militar não chegar, o exercito do Portugal ha de ir; mas isto é um caso excepcional, e não é dizer—o exercito de Portugal não vae sem vantagens porque o não mandam, quando não havia de ir!

O governo offerece vantagens aos officiaes que quizerem ir servir em Angola, e n'isto faz muito bem: elle entendeu de certo que a medida que propoz era a que mais convinha adoptar, porque nenhum governo tem interesse em governar mal, e pelo contrario todos têm interesse em governar bem: todos tambem têm desejo de que as nossas colonias prosperem, mas ha ministros que não são tão felizes no seu pensamento governativo como outros.

Entende portanto, que se o governo não aceitar as idéas contidas na substituição que mandou para a mesa; o governo ha de ver-se embaraçado e por isso julga que a camara a deve adoptar de preferencia ao projecto.

O sr. Affonseca:—requer que a materia se julgue discutida.

Assim se resolve.

O sr. Arrobas (para um requerimento):—requer que se prorogue a sessão até se votar o projecto dos 100.000\$000 réis para Angola, e o parecer sobre a pensão á senhora duqueza da Terceira.

O sr. Abreu (para um requerimento):—manda para a mesa uma proposta igual á que tinha apresentado, mas que é já um pouco mais clara.

O sr. Presidente:—tendo a camara julgado a materia discutida não pôde aceitar propostas novas.

O sr. Dias de Azevedo:—pede para retirar a sua proposta de adiamiento.

É retirada.

Posto a votos o artigo 1.º salva a redacção, para ser comprehendida a idea do sr. Soares Franco, adoptada pelo sr. ministro da marinha, é approvado.

Additamento do sr. Aragão, rejeitado.

Additamento do sr. Arrobas, para que se conte

o dobro de tempo de serviço para as condecorações, é approvado.

Artigo 2.º approvado.

Artigo 3.º approvado.

Indo a votar-se sobre o additamento offerecido pelo sr. Balduino, disse, sobre o modo de propor: O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—este additamento tem diversas partes; se acaso a mente do illustre deputado, autor do additamento, é fazer extensivas as vantagens d'esta lei ás familias d'aquelles que effectivamente fallecerem em combate ou em virtude de ferimento adquirido em combate, o governo não tem duvida em aceitar o additamento quaesquer que sejam os individuos de cá ou de lá; (apoiados) porém se pretende fazer extensiva a disposição do artigo ás familias d'aquelles que fallecerem por virtude de molestias endemicas, o governo não pôde aceitar esta parte do additamento, por quanto os individuos que lá se acham estão em circumstancias muito diversas d'aquelles que d'ahi partem agora para lá (apoiados). Por consequencia convem separar esta segunda parte do additamento. Agora trata-se de legislar para o futuro, e não para o passado; uma vez que a lei passa, vigora d'aqui por diante; e em relação ao passado, se o governo o julgar opportuno e conveniente, apresentará as competentes propostas de lei ás cortes.

O sr. Abreu:—aceita a indicação do sr. ministro do reino.

O sr. Balduino:—apoiado.

O sr. Presidente:—vae pôr a votos o additamento no sentido que acaba de expor o sr. ministro do reino, e apoiado pelos seus auctores.

É assim approvado o additamento, salva a redacção.

Consideram-se prejudicadas as substituições apresentadas pelos srs. Castro Ferrer e Azevedo e Cunha.

O sr. Thiago Horta:—deseja por parte da commissão dar uma explicação em resposta ao que disse o sr. deputado Castro Ferrer, mas não sabe se isto lhe é permitido pelo regimento.

O sr. Presidente:—declara que as explicações, quando permitidas pelo regimento, só se podem dar em hora de prerogativa.

O sr. Arrobas:—requer que se prorogue a sessão até se votarem os dois projectos que estão sobre a mesa, um relativo ao credito supplementar de 100.000\$000 réis, que o governo pretende abrir para attender ás actuaes circumstancias de Angola, e o outro relativo á pensão da sr.ª duqueza da Terceira.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—pede que este requerimento seja dividido em duas partes, porque elle, e talvez mais alguns srs. deputados, vota para que se prorogue a sessão para se tratar do projecto relativo ao credito supplementar, mas não em quanto ao outro projecto.

O sr. Arrobas:—declara que restringe o seu requerimento somente para se tratar do projecto relativo ao credito supplementar de 100.000\$000 réis. Consultada a camara n'este sentido resolve que se prorogue a sessão para se discutir e votar o projecto relativo ao credito supplementar.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—manda para a mesa uma proposta de lei tendente a regular alguns artigos do código administrativo sobre as contribuições municipaes.

O sr. Claudio J. Nunes:—manda para a mesa uma proposta, que fica para segunda leitura.

Entra-se na discussão do seguinte projecto:

Senhores.—As commissões reunidas de fazenda e do ultramar, examinaram a proposta dos srs. ministros da fazenda e da marinha, para que se conceda ao governo um credito extraordinario de réis 100.000\$000 para as despesas que as circumstancias actuaes exigem se facam com a provincia de Angola; e tendo ouvido outrosim no seio das mesmas commissões os esclarecimentos que entenderam de conveniencia obter sobre este assumpto por parte do governo, não se pareceu que a proposta d'este se converta no seguinte projecto de lei:

Artigo 1.º É authorisado o governo a applicar ás despesas extraordinarias da provincia de Angola até 100.000\$000 réis.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrario. Sala das commissões, 5 de maio de 1860.—Antonio José d'Avila—Rodrigo Nogueira Soares—Joaquim Gonçalves Mamede—Thomás de Carvalho—Justino Antonio de Freitas—Carlos Cyrillo Machado—Antonio Rodrigues Sampaio—Francisco José da Costa Lobo.

O sr. Alves Martins:—nem o governo nem a commissão dizem os motivos porque se pedem estes 100.000\$000 réis, nem para que são, nem como são applicados.

Crê que são para realizar o projecto que a camara tinha acabado de votar, isto é, para realizar a expedição que o governo tenciona mandar para Angola, mas não sabe que grande necessidade ha em Angola que exija sacrificios d'esta ordem.

O governo ainda não disse uma palavra a tal respeito, e portanto não sabe se os 100.000\$000 réis tem de ser bem ou mal applicados. Ignora o que se tem passado em Angola, porque o governo ainda não deu officialmente conta á camara dos acontecimentos que ali tiveram lugar; não sabe, portanto, quaes são, e a gravidade d'elles.

Ouvir dizer a dois illustres deputados, por aquella provincia, que ali não houve grandes occorrencias, não houve grandes acontecimentos para que a metropole precisasse mandar uma expedição com réis 100.000\$000; contudo propõem-se medidas e votam-se com tanta presteza que nem dão tempo para os srs. ministros dizerem o que houve. Nesta situação é de justiça e de razão que o ministerio exponha á camara e ao paiz o que tem havido de especial que mostre a gravidade dos acontecimentos.

É preciso que se saiba se ocorreu alguma circumstancia especial que nos collocasse na necessidade de se fazer uma lei excepcional por causa d'isso.

Apenas o sr. ministro da guerra fallou, mas disse uma coisa que não pôde comprehender. S. ex.ª declarou, que não podia mandar ninguém para Angola; que a lei que ha puto se dissentiu, corria o risco de não poder ser executada, porque o ministerio não podia mandar ninguém do exercito para Angola, mesmo concedendo-se-lhe as vantagens designadas no projecto, e d'ahi concluiu que será necessário augmentar ainda o premio a quem quizer ir na expedição para Angola, porque a execução da lei depende de que haja quem aceite as vantagens que ella offerece.

Deseja saber se no que occorreu em Angola ha ou não gravidade? Pergunta como quer o governo acabar com o estado de excitação em que se acha a provincia de Angola, se este estado tiver outra origem que não aquella que se tem inculcado? Recia muito que esta expedição, alem de se perderem 100.000\$000 réis, possa ir aggravar a situação da provincia de Angola. Considera a possessão de Angola muito arriscada, assim como a de Moçambique, e recia que esta força possa ir ferir susceptibilidades e nos provera d'ahi prejuizo em vez de bem. Esta colonia é rica e promette um futuro muito largo, e talvez todo este apparato lhe vá fazer mal. Desejava antes e estava prompto a votar a somma que o governo pede, se elle se limitasse a manda-la ao governador geral, se é homem da confiança do governo, e alguns officiaes, mas não o apparato de tropa que se prepara, que não vae lá fazer nada, porque a guerra preta faz-se com os proprios indigenas; dinheiro é que lá é preciso.

Não tendo por tanto esclarecimentos sufficientes que o habilitem a saber o uso que o governo pretende fazer d'esta somma, vota contra o projecto, assim como votou contra o primeiro, e se é verdade que a Inglaterra ou outra qualquer potencia anda incitando os indigenas para estas desordens, então é necessario que o governo use de outros meios para segurar Angola.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—confessa á camara que se sente acanhado, e quasi que envergonhado de ver as proporções que se querem dar a um expediente de circumstancias, a uma pequena e quasi insignificante expedição que a metropole vae mandar ás suas colonias, para manter ali o decoro nacional, que por momento esteve em risco por virtude de uma sublevação de indigenas.

Manter o decoro nacional, dar força ás autoridades, conservar o prestigio da bandeira portugueza é o pensamento do projecto de que se trata, é o pensamento do governo, da camara e do paiz inteiro (muitos apoiados). Que duvida pôde haver em autorisar o governo para abrir um credito em favor da provincia de Angola, para que as autoridades possam occorrer ao excesso de despeza que circumstancias extraordinarias reclamam, circumstancias extraordinarias, que talvez não haja no paiz quem ignore á excepção do illustre deputado (muitos apoiados).

Toda a gente sabe quaes são as circumstancias da provincia de Angola; que soffremos ali um pequeno desastre que não é deshonroso, mas que o não ser deshonroso não nos absolve de prover de remedio a que factos taes se não repitam, e de que sustentemos a força moral, que é assim que as nações da Europa, que nunca podem apresentar-se fortes n'aquelles paizes, têm sabido conquistar o terreno e os animos, e propagar a fé (apoiados). Para se manter a força moral é necessario não soffrer desastres, e quando elles se dêem é necessario castigar; e para isso que o governo manda marchar tropas, e diz ás autoridades que usem d'essas forças como for mais conveniente, porque não pôde estar a imaginar planos de campanha para o sertão de Angola.

Ora, ao mesmo tempo que o illustre deputado diz que bastavam as forças colonias para manter ali a ordem, acaba de declarar que o que está muito em risco é a provincia de Moçambique, porque o governo não apresenta proposta alguma com relação a ella, ao passo que usou da sua iniciativa e apresentou as propostas que têm estado em discussão a respeito da de Angola. Como o fez com relação a Angola, é Moçambique que está em risco; se o tivesse feito a respeito de Moçambique, seria para Angola que o illustre deputado chamaria a attenção do governo. Mas diga s. ex.ª o que quizer, aproveite quanto lhe parecer para fazer opposição, que a camara sabe que as circumstancias são imperiosas, que o governo precisa prover de remedio a ellas, e já começou n'esse caminho, e vale a pena de fazer-se um pequeno sacrificio para manter o decoro nacional e o prestigio do nome portuguez (muito bem).

O sr. Barros e Sá:—requer que se julgue a materia discutida.

Consultada a camara, decide affirmativamente. Posto á votação o artigo 1.º do projecto é approvado, e bem assim o artigo 2.º

O sr. secretario Mamede:—declara que vae ser expedido para a camara dos dignos pares.

Os srs. Alves Martins e Arrobas pedem a palavra para explicações.

O sr. Presidente:—lê o artigo do regimento, no qual se determina que depois da votação não podem ter lugar explicações.

E dando por ordem do dia de terça-feira, em primeiro lugar, a discussão do parecer da commissão de fazenda sobre as alterações feitas na camara dos dignos pares ao projecto relativo á pensão da senhora duqueza da Terceira, e depois os projectos mencionados na sessão antecedente, n.º 22, 24 e 31, levanta a sessão.—Eram quatro horas e meia.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 5 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Bramcamp, Alves Martins, Azevedo e Cunha, Dias de Azevedo, Eleuterio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Barros e Sá, Henriques Secco, Arrobas, Couto Monteiro, Pequeto, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Vaz da Fonseca, Aristides, Augusto Xavier, Zepherino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Abreu, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Claudio Nunes, Pereira da Cruz, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Faustino da Gama, Mousinho, Filipe Brandão, Bivar, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Pereira de Carvalho, Hermenegildo Blanc, Gambôa, Fonseca Continho, João José de Azevedo, Mello Soares, João Rebello, Castro Portugal, Mamede, Coelho de Carvalho, Neutel, Pinto de Magalhães, Dias Ferreira, Encarnação Coelho, José Estevão, Alves Chaves, Feijó, D. José de Alarcão, Frazão, Rojão, Julio do Carvalho, Justino de Freitas, Aboim, Luiz Albano, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares (Luiz), Affonseca, Rocha Peixoto, Mariano Feio, Monteiro Castello Branco, Placido, Charters, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da Franca, Simão de Almeida, Thiago Horta, visconde de Pindella.

Parecer da commissão de fazenda da camara dos srs. deputados approvando as alterações feitas na camara dos dignos pares ao projecto de lei concedendo uma pensão á duqueza da Terceira

Senhores.—A vossa commissão de fazenda, tendo examinado as alterações feitas pela camara dos dignos pares ao projecto de lei para approvação da pensão concedida por decreto de 30 de abril proximo passado á duqueza, viuva do marechal duque da Terceira, as quaes alterações consistem em applicar á referida pensão os artigos 2.º e 3.º do decreto de 18 de outubro de 1836: attendendo a que conforme o preambulo d'esse decreto as pensões concedidas ás viúvas e orphãos dos que, pela causa da liberdade e do throno, padeceram martyrio, ou succumbiram na defeza e na conquista dos direitos da nação e da dynastia, não podem ser consideradas mercês ou graças, mas verdadeiro preço de sangue, e justa, posto que inadequada satisfação, de irreparaveis perdas: attendendo a que os extraordinarios e relevantes serviços, e grandes sacrificios feitos pelo marechal duque da Terceira á causa da liberdade, do throno e da nação, não podem deixar de ser comprehendidos no espirito d'aquelle preambulo e decreto que sobre elle assentou;

É de parecer que as mencionadas alterações devam ser approvadas.

Sala da commissão, 4 de maio de 1860.—Antonio José d'Avila—Joaquim Gonçalves Mamede—Rodrigo Nogueira Soares Vieira—Augusto Xavier Palmerin—Carlos Cyrillo Machado—Thomás de Carvalho—Francisco José da Costa Lobo—Antonio Rodrigues Sampaio.

## NOTICIAS DO REINO

### CONTINENTE

Porto.—Em o Nacional de 3 do corrente lê-se a noticia que damos em seguida, e que revela um fa-

cto philanthropico que altamente caracteriza os seus auctores, sendo por isso bem merecidos os elogios que a folha alludida lhes vota. Eis a noticia de que tratamos:

«Reunim-nos no dia 2 do corrente o conselho filial de beneficencia, para discutir o melhor modo de extinguir, desde já, a mendicância nas ruas, fazendo recolher ao asylo proprio os mendigos nas circumstancias de ali serem recebidos.

«O sr. José Joaquim Leite Guimarães apresentou uma proposta, em que elle e os srs. Simão Duarte de Oliveira, e Guilherme Augusto Machado Pereira, se comprometiam a fazer na casa do asylo as obras e reparos necessarios para se recolherem trezentos mendigos, com tanto que os restantes vogaes se responsabilissem pelas roupas, e sustento para tres mezes, tempo que parecia bastante para conhecer até quanto podessem montar os donativos, que vão sollicitar-se por meio de commissões parochiaes.

«Esta proposta, sendo, como era de esperar, acolhida por todos os vogaes do conselho com o maior favor e applauso, suscitou com tudo algumas difficuldades attendiveis, e por isso na presença d'ellas accordou o conselho, depois de larga discussão, em que todos os vogaes se cotissem desde já, offerecendo cada um d'elles uma somma annual ao asylo, se chegar a realisar-se a receita, que parece necessaria para occorrer á despeza, que tem a fazer-se com os asylos.

«Os vogaes do conselho de beneficencia do Porto, procedendo assim, tornam-se dignos do maior elogio e da estima publica. Os esforços, que estão fazendo para levar a effecto a reforma e melhoramentos do asylo de mendicância, hão de grangear-lhes a maior recompensa a que pôde aspirar um homem de coração compassivo e de sentimentos elevados, que é a benção e as orações dos que soffrem e penam ao desamparo.

«Registrando hoje a generosidade com que os vogaes do conselho de beneficencia se promptificaram a abrir a subscrição que se vae promover a favor do asylo, temos fé que ella ha de sem duvida servir de exemplo aos habitantes do Porto, a cuja philanthropia nunca se recorreu debalde.»

Villa Nova de Famalicão.—No Commercio do Porto lê-se o seguinte:

«No dia 1 de maio o sr. conselheiro José Lourenço Pinto, delegado do ministerio das obras publicas, e os directores da companhia viação portuense, os srs. Macedo Pinto e Francisco José Coutinho, foram em uma carruagem da mesma companhia inspecionar a estrada de Villa Nova de Famalicão a Guimarães, que está prompta e viavel para carruagem, faltando-lhe apenas algumas porções de cascalho.

«N'essa mesma occasião vieram algumas pessoas de Guimarães, tambem em carruagens, para ver a estrada, e todas a consideraram muito bem feita, o uma das melhores e mais pittorescas do Minho, pois desde Villa Nova de Famalicão á cidade, que foi berço da monarchia, atravessa terrenos cultivados, e é orlada de arvoredo. O engenheiro que dirigiu a sua construção foi o sr. Cesário Augusto Pinto.

«O sr. delegado por parte do governo, e os dois directores da companhia, providenciaram o estabelecimento de portagem nos Pontilhões de Brito, e na estação competente em Guimarães, devendo estar tudo prompto até ao dia 15 do corrente, em que se conta principiar n'aquella estrada o serviço de diligencias da companhia.»

Elvas.—Esta cidade conta mais um jornal. É o Transatlantico. Ainda ha poucos dias o Alemejo não tinha uma só folha periodica, hoje já tem tres. Ainda bem. Com a facilidade das communicações a imprensa ha de derramar-se mais no paiz, exercendo nobremente a sua civilisadora missão. O Transatlantico publica-se duas vezes por semana, dedicando-se á advocacia dos interesses moraes e economicos da sua provincia, o que bem se manifesta no seguinte paragraho do seu programma.

«Assim pois, aproveitando esta preciosa garantia da imprensa, este palladio da civilização moderna, e com a nossa debil penna, se não autorisada, contudo forte no amor da patria, elevaremos até ao santuario das leis as nossas sollicitações para que esta rica provincia seja dotada com o ferro-carri! para que a terra seja libertada das garras aduncas dos foraes e vinculos, por meio de leis permisivias, promulgadas para incremento e beneficio da agricultura; para que se estabeleçam os bancos rurales e as colonias agricolas; para que haja instrucção e amplo conhecimento theorico e pratico da agricultura mechanica, e das machinas applicaveis, unica forma de supprir a deficiência de braços, n'esta provincia quasi deserta; para que se diffunda a instrucção primaria, tão necessaria para ambos os sexos; para que se melhore a viação concehida e districtal; para que se cuide na organização das cathedraes e conveniente dotação do culto que somos obrigados a render a Deus, por meio dos ministros do altar. Outras necessidades, cuja narração seria agora prolixa, ficam reservadas para serem devidamente apreciadas no campo da imprensa.»

—Hontem, 1 de maio, diz o novo jornal de que fallamos em a noticia antecedente, chegou na mala-posta a esta cidade o nobre marechal duque de Saldanha. Vinha como particular, e acompanhado apenas por um creado.

Posto que se guardasse officialmente todo o segredo a proposito d'esta visita, já desde domingo nos constava que o illustre marechal passaria por aqui em direcção a Madrid e a Paris.

Foi portanto recebido, ao apear-se da mala-posta, á porta de Olivença, por uma salva correspondente á sua gradação, e cumprimentado pelo governador da praça, pela officialidade



—Despachos dados pela Correspondencia de Espanha.

Paris, 2 de maio.—Os despachos telegraphicos de Marsella estão em contradicção com os de Turim, relativamente ás notícias da Sicilia.

Londres, 2.—A discussão em ambas as casas do parlamento versou sobre as forças militares da França e da Inglaterra, porém estes debates não deram nenhum resultado.

Um cutileiro de Sheffield, chamado Mappui, mandou uma rica faca de mato ao imperador Napoleão. O secretario do imperador, mr. Mocquard, respondeu-lhe dizendo, que o presente fora a sua magestade imperial tanto mais agradável quanto inspira a idéa de que o tratado de commercio entre a França e a Inglaterra ha de contribuir para multiplicar as relações e para estreitar os laços de amizade entre ambos os povos, que hão de caminhar na frente da civilização e da industria.

#### HESPAÑHA

A *Gazeta de Madrid* publica os decretos de amnistia e convocação de cortes, que por noticia telegraphica, dada n'esta folha, são já conhecidos, em extracto.

O relatório que precede o decreto de amnistia está concebido nos seguintes termos:

Senhora.—Quando vossa magestade depois de comunicar o mais vivo e eficaz impulso á prosperidade publica, e de assentar sobre solidos cimentos a tranquillidade interna, expediu o seu heroico exercito a defender em terra estrangeira a honra do paiz offendida; quando grata a nação applaudia com universal regosio, o a Europa admirava os nobres esforços com que aquelle alevantava o nome hespanhol, paíxões que se julgava estarem extintas, interesses que não tem raízes n'este povo leal, vieram encher de amargura os subditos de vossa magestade e de assombro os estrangeiros que contemplavam com satisfação o desenvolvimento constante e progressivo, que uma politica previdente imprimia em todos os elementos que constituem a prosperidade nacional.

Tentativa tão insensata merecia um castigo para sempre exemplar; porém, o governo inspirado pelos nobres e magnanimos pensamentos de vossa magestade, não quer que a lei, ao cumprir a sentença inexorável da justiça, leve o luto a nenhum ponto da península em vespéras de celebrar-se um dos factos mais gloriosos da nossa historia, e quando a nação se prepara a saudar com entusiasta gratidão o exercito vencedor em tantos combates, modelo sempre de valor, de constancia e disciplina.

Vossa magestade quer cobrir com o véu de sua inextinguível bondade attentados, que sendo indignos e altamente criminosos, sómente serviram para demonstrar mais uma vez a união íntima que existe entre a nação e o throno.

Os ministros abaixo assignados crêem que vossa magestade póde entregar-se ás suas elevadas e generosas inspirações sem perigo de nenhum interesse, de nenhum principio, e dar esta nova prova da confiança que tem nos sentimentos do seu povo, e na força e solidez da dynastia. Por estas considerações o conselho de ministros propõe a vossa magestade o adjunto projecto de decreto.—Aranjuez, 1 de maio de 1860, aos pés de vossa magestade, o presidente do conselho de ministros, e ministro da guerra, Leopoldo O'Donnell. (Seguem-se as assignaturas dos outros ministros.)

#### DECRETO

«Artigo 1.º Concede-se amnistia geral, completa e sem excepção, a todas as pessoas processadas, sentenciadas ou sujeitas a responsabilidade por qualquer classe de delictos politicos, commettidos desde a data do real decreto de 19 de outubro de 1856.

Art. 2.º Suspende-se-hão desde logo, e sem custas, os processos pendentes por estes delictos, e as pessoas que por elles estiverem presas, ou soffrendo alguma condemnação, serão immediatamente postas em liberdade sem nota alguma, ficando os seus bens livres de todo o embargo ou sequestro.

Art. 3.º Os que estiverem expatriados poderão desde logo voltar para Hespanha, prestando previamente, perante os respectivos enviados e consules hespanhoes, o juramento de fidelidade á minha pessoa e autoridade, e á constituição do estado.

Art. 4.º Os que estiverem presos por haverem tomado parte em actos ostensivamente contrarios á dynastia ou ás instituições, prestarão o mesmo juramento antes de serem postos em liberdade.

Art. 5.º Os artigos 3.º e 4.º não comprehendem aquelles que por leis especiales se achem privados de residir nos domínios de Hespanha.

Art. 6.º Pelos ministros respectivos me serão propostas as medidas necessarias para a execução d'este decreto.

Dado em Aranjuez no 1.º de maio de 1860.—Está rubricado pela real mão.—O presidente do conselho de ministros, Leopoldo O'Donnell.

—Por outro decreto da mesma data foram convocadas as cortes para o dia 25, tudo conforme o despacho telegraphico a que já alludimos.

—Pelo ministerio da guerra foi expedida a seguinte real ordem:

«Em consequencia do disposto no real decreto d'esta data, e na lei de 27 de outubro de 1834, fará v. ex.ª com que os ex-infantes D. Carlos Luiz de Bourbon e seu irmão D. Fernando sejam transportados em um navio do estado, designado pelo ministro da marinha, a qualquer porto estrangeiro que os mesmos indicarem.

De real ordem e por deliberação do conselho de ministros, o communico a v. ex.ª para seu cumprimento.

Deus guarde a v. ex.ª muitos annos. Aranjuez 1.º de maio de 1860.—O'Donnell.—Sr. general em chefe do 2.º exercito e districto.

—Em Ceuta continua o embarque das tropas. São já poucas as que ficam em Africa, excepto as que hão de fazer a guarnição.

O governador general das ilhas Philippinas participa com data de 9 de março proximo passado, que não tem occorrido naquellas ilhas coisa alguma que mereça especial menção, e que continua a ser satisfatório o seu estado sanitario.

—Parece, conforme diz o *Occidente*, que se ia crear em Madrid uma secção de liquidação do exercito de Africa, debaixo das ordens de um intendente militar.

#### INGLATERRA

Lord John Russell, respondendo á interpegação de mr. Griffith sobre a situação das provincias neutralizadas da Saboya, disse o seguinte, segundo o extracto que d'este discurso publica a *Presse*:

«Não creio que o governo francez queira traçar com mais particularidades o programma da conferencia, ou pôr alguma nova restrição ao assumpto das suas deliberações. Não receio mesmo que o governo francez imponha á conferencia a restrição mencionada pelo orador. Mas ao mesmo tempo julgo o governo francez muito resolutamente opposto a toda a medida que tenha por fim o tratar-se na conferencia de qualquer desmembração da Saboya; demais é claro que se podem encontrar medidas que, sem equivaler a uma desmembração, deem á Suissa uma fronteira militar.»

Fallando depois da epocha em que a conferencia poderia estar reunida, Lord John Russell fez saber á camara que o governo francez não consentiria na reunião de uma conferencia senão depois da execução do tratado de Turim.

Sobre qual seria o estado das provincias neutralizadas da Saboya no intervalo que decorreu entre a approvação definitiva do tratado e a decisão da conferencia, disse:

«O governo francez assegura, alem d'isso, ao governo de sua magestade, que não se precipitará em tomar posse d'este territorio, mas que não póde deixa-lo sem autoridade em quanto durar a conferencia. Esta discussão entre os dois governos ainda não acabou. Confesso que verei com muito maior satisfação uma conciliação que não deixo todo aquelle territorio entregue ás autoridades francezas durante a conferencia, porque todos os dias se podem, em negocio tão complicado, levantar questões, nas quaes sempre se encontra o orgulho nacional, sendo muito melhor que as autoridades francezas não sejam obrigadas, pela decisão da conferencia, a evacuar um territorio do qual já estivessem de posse. É por tanto uma questão que, como muitas outras, depende da apreciação das diferentes potencias da Europa. Julgo que o governo da Prussia também assim a considera. Quanto ás outras potencias com as quaes temos tratado sobre esta questão particular, tudo quanto posso dizer, é que ainda não está resolvida.»

#### NOTICIAS CIENTIFICAS

##### OBSERVATORIO METEOROLOGICO

DE

NA ESCOLA POLYTECHNICA

MAIO-5	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	751,96	20,8	59,6	SSO.
3 t.	751,29	23,1	33,7	OSO.

DIA 4.  
Maxima—temperatura..... 22,0 C.  
Minima..... 11,0 »  
Ozone (de noite)..... 4,5  
Ozone (de dia)..... 4,0  
Chuva (udometro)..... 0,0 Mil.  
Evaporação (vapormetro)..... 5,2 »  
Altura barometrica correcta.  
Altitude do barometro 95,1 metros.  
Temperatura á sombra.

#### NOTICIAS COMMERCIAES

##### MOVIMENTO MARITIMO

###### BARRA DE LISBOA

Dia 5 de maio de 1860

###### EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Estrella de Ovar, bateira, mestre M. C. dos Santos, de Setubal em 2 dias, com milho; 6 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 11 horas e tres quartos da noite.

Visconde de Athouga, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, do Porto em 17 horas, com encomendas a P. Olive & C.; 27 pessoas de tripulação, 1 mala e 85 passageiros.

Conceição Porto Seguro, rasca, mestre J. L. Vinagre, da Nazareth em 5 dias, e de Cascaes em 4 horas, em lastro; 8 pessoas de tripulação.

Alança, hiate portuguez, mestre M. E. Soares, do Porto em 2 dias, com ferro, feijão e mais generos; 6 pessoas de tripulação e 6 passageiros, que são: José Ignacio Pinto Nogueira, e sua mulher, official militar; Antonio Gomes Queiroz, Manuel Avelino, Manuel Joaquim, caixeiros; Bernardino Porto, marítimo; portuguezes.

Assombro, brigue portuguez, capitão B. B. Pamplona Junior, do Rio de Janeiro em 67 dias, com assucar, café, tabaco e madeira a N. R. da Silva; 16 pessoas de tripulação, 1 mala e 1 passageiro, que é: Bento Rodrigues, trabalhador, hespanhol.

Estrella 4.ª, hiate portuguez, mestre J. C. Valverde, do Porto em 3 dias, com varios generos; 7 pessoas de tripulação e 15 passageiros, que são: Joaquim José dos Santos, Bento Peres, artista; Manuel Gonçalves, caixeiro; Pedro Dias, Antonio Peres, José Rodrigues, com 2 pessoas de familia, João Peres, Romão Peres, Christovão Rodrigues, Luiz Fernandes, serventes; Ayres Pinto Lima, João Antonio da Costa, sem empregos; Maria Esteves Gaia; portuguezes.

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F. B. Ribeiro, de Villa Real de S. Antonio em 24 horas, de Tavira em 22, de Olhão e Faro em 21, de Villa Nova de Portimão em 17, de Lagos em 15, e de Sines em 7, com encomendas, á companhia *uniao mercantil*; 20 pessoas de tripulação, 2 malas e 43 passageiros.

###### EMBARCAÇÕES SAIDAS

Douro, paquete inglez a vapor, capitão T. Barron, para Liverpool, com fructa, batata e azeite; 16 pessoas de tripulação, e 1 passageiro.

Lealdade, hiate portuguez, mestre F. P. Coelho, para Aveiro, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Bon Lembreança, hiate portuguez, mestre L. J. Vianna, para Vianna, com arroz e assucar; 7 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: Alfredo de Andrade e Sousa, marítimo; portuguez.

Providencia, hiate portuguez, mestre A. Machado, para Vianna, com arroz; 8 pessoas de tripulação.

Ville d'Agle, brigue francez, capitão L. Bellitren, para Pomerom, em lastro; 9 pessoas de tripulação. Sarah, escuna ingleza, capitão A. Harley, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Célestin, barca franceza, capitão A. Cessin, para Pomerom, em lastro; 10 pessoas de tripulação.

Mentor, brigue portuguez, capitão J. P. Xavier Junior, para Vianna, em lastro; 12 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 5 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, comandante.

#### TELEGRAPHIA ELECTRICA

##### BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 5 DE MAIO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 3

Entradas—Portuguezes: patacho *Thomás*, de New York em 35 dias; hiates *Conceição* e *Recreio*, ambos de Setubal, o 1.º em 6 dias, e o 2.º em 5.—Brigue francez *Jeune Elvina*, de Nantes em 6 dias.

Saídas—Portuguezes: *Alança*, e *Estrella 4.ª*, ambos para Lisboa; *Amidade*, para Caminha; e *Tentador*, para Aveiro.—Escuna russiana *Carve Julte*, para Riga.

Fóra da barra não se avista embarcação alguma. Mar bom.—Vento esteve NE., E. brando, NO., agora N., regulares.

Do dia 4

Não entrou embarcação alguma. Saídas—Vapor portuguez *Visconde de Athouga*, para Lisboa; hiate *Nova União*; cabique *Cavaleta com Elle*, todos para Aveiro.

Fóra da barra ficam um patacho e uma escuna. O mar está um tanto agitado.—O vento esteve E. NO. regulares, agora N. brando.

De Aveiro, do dia 4

Não entrou embarcação alguma.

No dia 2 entraram o cabique *Nugre*, e o hiate *Phenias*; ambos do Porto em 2 dias, em lastro.

No dia 3 entrou o hiate *Tentador*, do Porto, em lastro.

Mar agitado.—Vento O.

Entradas—Hiate portuguez *União*, do Porto em lastro; cabique portuguez *Castella*, do Porto em lastro.

Saídas—Portuguezes, cabiques, *Senhora da Conceição*, para Peniche com sal; *Tres Amigos*, para os portos do norte com sal; rasca *Senhorá da Ajuda*, para os portos do norte com sal.

Mar bom.—Vento NO.

De Caminha, do dia 3  
Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento NNO.

Do dia 4  
Entrou o cabique *Villa Nova de Portimão*, de Villa Nova de Portimão, com varios generos. Saídas—Os hiates *Cortez* e *Diligente do Minho*, ambos para Lisboa, com milho.

Mar bom.—Vento NNO.

Da Figueira, do dia 3  
Não entrou nem saiu embarcação alguma. Fóra da barra está uma escuna ingleza fundeada. Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 4  
Entradas—Cabique portuguez *Senhora do Rosario*, de Olhão com pescaria; escuna ingleza *Reforme*, de S. Sebastião em lastro.

Saídas—Rascas portuguezas, *Amuniação*, para o Porto com pedras; *Conceição Feliz*, para Vianna com sal; cabiques, *Perla do Vouga*, para Aveiro em lastro, e *Santo Antonio e Almas*, para Caminha com sal.

Mar bom. Vento ONO.

Da Ericeira, do dia 3  
Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Tempo claro.—Vento N.

Do dia 4  
Não entrou nem saiu embarcação alguma. Vento variavel.—Mar agitado.

De Vianna do Castello, do dia 3  
Não entrou embarcação alguma. Saídas—Rascas, *Primavera*, para a Figueira, com milho; *Albina*, para a Ericeira, com milho; e cabique *Villa Nova de Portimão*, para Caminha, com sal e arroz.

Do dia 4  
Não entrou nem saiu embarcação alguma. Em Espozende no dia 1.º entrou o hiate *Silencio*, vindo do Porto, e no dia 2 não entrou nem saiu embarcação alguma.

De Villa Nova de Portimão, do dia 2  
Entrou o fahucho hespanhol *Santo Antonio*, de Huelva em 4 dias, em lastro (arribado).

Saídas—Fahucho hespanhol *S. José e Almas*, para a pesca; brigue inglez *Mironeta*, com cortiça; cabique portuguez *Senhora da Conceição*, para o Porto, com varios generos.

O mar está bom.—Vento ONO.

Do dia 3  
Entradas—Brigue hanoveriano *Leopold*, de Barcelona em 13 dias, em lastro; hiate portuguez *Dois Amigos*, de Almeria, com esparto.

Saíram o fahucho hespanhol *Santo Antonio*, á pesca. O mar está bom.—Vento NO. fresco.

Do Lagos, do dia 28 de abril  
Saíram o cabique portuguez *S. Gonçalo*, para Albufeira, em lastro.

Nos dias 29 e 30 não saíram nem entraram embarcações algumas.

Do dia 1 de maio  
Ancorou o vapor portuguez *D. Luiz*, vindo de Lisboa, e seguiu pouco depois para Portimão.

Do dia 2  
Ancorou o brigue francez *Pierre Hept*, de Alexandria em 13 dias: destina-se para Dunkerque, e veio refazer-se de aguada.

Não saiu embarcação alguma. O mar bom.—Vento NO.

Do dia 3  
Entrou o cabique portuguez *Senhora da Gloria*, da Figueira, com madeira.

Não saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento variavel.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 28, 29 e 30 de abril.

De Setubal, do dia 3  
Saíram a barca prussiana *Mathilde*. Saídas—Galera hollandesa *Altigo Bronges*, escuna dinamarqueza *Aakandez*, galeota hollandesa *Alfa*, bateira portugueza *Conceição de Maria*.

Vento SO. brando.

Do dia 4  
Entradas—Brigue prussiano *Homen Elizabeth*; portuguezes, hiates *Camões 3.º*, *Horizonte*, *Domfim*, *Senhora da Athalia*, *Triumpho*; bateira *Flor dos Santos*.

Saídas—Brigues noruegueses *Scandinavier* e *Trition*.

Do Faro, do dia 3  
Saíram o palhabote portuguez *Nova Sociedade* para Almeria em lastro.

Não entrou embarcação alguma. Bom tempo.—Vento NO.

Do dia 4  
Entrou o cabique portuguez *Senhora da Conceição*, de Lisboa, com varios generos.

Saídas—Fahucho hespanhol *Virgem do Carmo*, em lastro. Cabique portuguez, *Santa Rita*, para Lisboa, com generos do paiz.

O vapor portuguez *D. Luiz* communicou fóra da barra, vindo de Villa Real de Santo Antonio, recebeu passageiros e seguiu para Lisboa e mais portos de sua escala.

Saídas—Patacho francez, *Les Jumanes*, para Leipzig, com alfarroba. Cabique portuguez, *Conceição Livramento*, para Gibraltar, com lenha e ovos. Tempo claro.—Vento N. de manhã, e de tarde OSO. regular.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 3  
Não entrou embarcação alguma. Está proximo da barra um hiate.

Saídas—Escunas inglesas, *Schaonel Dart* e *Dart Azevin*, ambas para Liverpool, com mineral. Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 4  
Entrou o hiate portuguez *Triunfo do Guadiana*, de Lisboa em 3 dias, com varios generos.

Saíram o vapor portuguez *D. Luiz* para Lisboa e mais portos de sua escala.

Não se avista embarcação alguma. O mar está bom.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 5 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

#### FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 5 de maio—3 por cento consolidado a 48,90 e 48,75.

Bolsa de Paris, em 5 de maio—3 por cento francez a 71,20—4 1/2 dito a 96,75.

Bolsa de Londres, em 5 de maio—Consolidados de 95 1/4 a 95 3/8.

## AVISOS

#### ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

A junta administrativa previne os socios n.ºs 80, 401 e 406, para que venham satisfazer os seus debitos dentro de um mez, contado da data d'este aviso, sob pena de serem riscados de socios, como já foram avisados por cartas d'aquella data.

Escritorio, 2 de maio de 1860.—O vogal secretario, A. A. de Oliveira.

#### ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembleia geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 12 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se tratar de um requerimento, em que um socio pede se lhe conceda um auxilio pecuniario para poder ir gosar dos ares da Madeira; e de outro da viuva de um socio, em que pede se lhe mande pagar a despeza que fez com o funeral de seu marido.

Lisboa e sala da associação, aos 3 de maio de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

#### MONTE PIO GERAL

A direcção d'este monte pio declara que deixa de fazer parte d'esta associação o socio n.º 948, por se achar incurso na disposição do n.º 1 do artigo 8.º dos estatutos.

No escritorio do monte pio geral, rua Aurea n.º 6, empresta-se dinheiro sobre penhores de ouro, prata, pedras preciosas, e papeis de credito.

Lisboa, 1 de maio de 1860.—O secretario, Augusto Cesar da Fonseca.

#### MONTE PIO UNIO

É convocada a assembleia geral para 8 do corrente, ás oito horas da tarde, em consequencia de uma proposta da commissão administrativa, na qual se trata da redução dos ordenados aos facultativos; e para lhes ser presente a demissão que de si deu o presidente da mesma commissão.—O secretario, F. A. Sotto Maior Raposo.

#### MONTE PIO PHILARMONICO

O presidente da assembleia geral faz constar a todos os socios, que pelo artigo 12.º dos estatutos têm voto na mesma assembleia, que na conformidade do § 1.º do artigo 36.º dos mesmos estatutos, se ha de reunir a dita assembleia no dia 10 do corrente, na sala das sessões, pelas tres horas da tarde.

Sala das sessões, 3 de maio de 1860.—O 2.º secretario, Luiz Gonzaga de Sousa Andrade Ferreira.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### ESTUDOS BIOGRAPHICOS

On noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos, pertencentes á bibliotheca nacional de Lisboa, por José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, bibliothecario-mór da bibliotheca nacional de Lisboa.

Com este titulo acabam de publicar-se summaes historicos, ou noticia de grande numero de individuos, que nasceram em Portugal e outros paizes. A patria, a familia, a epocha, e o bom ou mau uso que fizeram dos talentos e dos dotes com que Deus os enriqueceu, são o que principalmente se escrevem á vista de documentos e memorias ineditas. O autor não seguiu a ordem alfabetica, e sim a hierarchia, que subdividiu em tres classes: a 1.ª, os santos; a 2.ª, o estado ecclesiastico; a 3.ª, o secular. Cada uma d'estas classes vae descripta chronologicamente. Um grande volume de folio, impresso em papel assetinado, contendo mais de 400 paginas, 1600 réis.

Não fallamos da competencia do autor, porque geralmente é reconhecida. O sr. Barbosa Canaes é um dos melhores e mais sidosos investigadores das genealogias patrias. Foi a este estudo que deveu o logar com que o throno o honrou. O autor consumiu largos annos na collecção d'estas maiores historias, e os nossos archivos nacionaes foram para esta obra minuciosamente investigados. Deymos-lhe pois a sua noticia de compatriotas nossos, sómente conhecidos do homem estudioso. Na edição não se pouparam despezas. A imprensa nacional esmerou-se na sua execução.

Rematamos com a honrosa carta, que acabamos de receber de um dos mais illustres escriptores da França, a quem Portugal e Brazil devem tantas brilhantes paginas da sua historia.

«Por effeitos da vossa extrema delicadeza, recebi ha umas poucas de semanas um livro, precioso para mim por mais de um titulo, e que por varias vezes já citei honrosamente. *Estudos biographicos*, etc., por José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, livro de que sou editor, e que recebi por via de mr. Moré (do Porto). Ha bastante tempo que desejava dirigir-vos os meus sinceros agradecimentos pela offerta de tão notavel obra. Era para desejar que o meu sabio collega apresentasse aos seus leitores maior somma de documentos bibliographicos do que evitou dar na sua erudita exposição, porque fundamentando o seu trabalho em documentos biographicos, na parte de desconhecidos do vulgo, poderia de certo insinuar mais no merito dos retratos e pessoas a que respicam. Apesar d'isto, sr., o livro tal qual está, honra a imprensa portugueza, e de subido merito, e contém investigações e noticias que delalhe se procurarem em qualquer outro. Entre outros espero dentro em pouco utilizar-me do escripto que respeita a *Ribeiro dos Santos*, e citarei esta fonte d'onde derivarei o meu trabalho. Acceita, sr., os meus agradecimentos, embora demorados, e acreditados nos meus mais distinctos affectos.—Paris, 5 de fevereiro de 1859.—Ferdinand Denis.»

Vende-se no escritorio do editor, F. A. da Silva, rua dos Douradores n.º 178, 2.º andar, esquina do largo de Santa Justa.

#### JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES

3.ª SERIE

Publicou-se o n.º 21 (1.º de maio). E n'esta serie que estão publicados os *questos e problemas* que servem para os exames dos professores regios